UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE/PRODEMA

ECOSSOLIALISMO: A GÊNESE DE UMA ECOLOGIA SOCIAL EM ASSENTAMOS DE REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

JOÃO PAULO DO VALE DE MEDEIROS

2013
Natal – RN
Brasil

João Paulo do Vale de Medeiros

ECOSSOLIALISMO: A GÊNESE DE UMA ECOLOGIA SOCIAL EM ASSENTAMOS DE REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: **Prof.Dr. Daniel Durante Pereira Alves**

Co-Orientador: **Prof(a).Dr(a). Eliza Maria Xavier Freire**

2013

Natal – RN

Brasil

NOME DO MESTRANDO

Dissertação submetida ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Daniel Durante Pereira Alves, representado pela
co-orientadora Prof(a).Dr(a). Eliza Maria Xavier Freire
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN)

_____

Prof(a). Dr(a). Maria Raquel Rigotto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof(a). Dr(a). Cimone Rozendo de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UFRN)

AGRADECIMENTOS

Aqui meu agradecimento primeiro à Daniel Durante, orientador que por dois anos tem me acompanhado nessa pesquisa com uma humildade e paciência exemplar que apenas a verdadeira sabedoria imprime.

Aos demais professores do PRODEMA, em especial a Cimone, Eliza e Viviane, as quais tive a oportunidade de ter um maior contato.

Aos meus companheiros e companheiras de turma, por esses ótimos tempos vividos, em especial aqueles extra-classe que, sem dúvidas, são os mais edificantes enquanto ser humano.

Aos meus companheiros e companheiras de vida, que aqui prefiro não nominar para não cometer a injustiça de esquecer um que seja, vocês sabem quem são, obrigado pela força diária.

À Deus, que responde por vários nomes.

Aos esfarrapados do mundo que desde o início serviram de motivação para cada frase escrita, lutemos!

"Quando chegamos na praça/ Eu parei, passei a mão/ Numa estátua de ouro/ Parecida com Sansão/ Só que em vez de uma queixada,/ Era uma enxada não mão.

Eu perguntei para o homem/ É de um parlamentar?/ Ele me respondeu/ Com um sorriso no olhar:/ É de um agricultor,/ O nosso herói popular”

(Antônio Francisco – Meu sonho)

ECOSSOLIALISMO: A GÊNESE DE UMA ECOLOGIA SOCIAL EM ASSENTAMOS DE REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

RESUMO: A crise ecológica mundial tem no sistema de produção capitalista uma de suas possíveis causas. A busca desenfreada pelo lucro, mediante a exploração ilimitada de recursos limitados, operaram transformações de grande porte nas relações do ser humano com a natureza, provocando a devastação ambiental, escassez de recursos e desaparecimento de espécies. Surge então a necessidade de questionarmos o modelo de sociedade em que estamos inseridos e que originou esse estado de crise, no mesmo passo que somos impelidos a buscar um alternativa. A práxis ecossocialista, que funde princípios marxistas e questões ecológicas, traz importante contribuições no que se refere à alternativas a esse *modus* capital/explorador, advogando por uma sociedade justa socialmente e ambientalmente sustentável. Dessa forma, por meio de revisão bibliográfica, pesquisaremos a respeito dessa teoria que tem crescido nos meio acadêmicos. No mesmo sentido, analisaremos qual o papel dos movimentos sociais do campo na construção dessa realidade. Por meio de entrevistas semi-estruturadas, pesquisas bibliográficas e visitas de campo estudaremos a realidade do Assentamento Moacir Lucena, hoje exemplo de uma ressignificação do rural.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Crise ecológica. Movimentos Sociais. Reforma Agrária.

ECOSOCIALISM: THE GENESIS OF SOCIAL ECONOMY IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS FROM RURAL SOCIAL MOVEMENTS.

ABSTRACT: The world's ecology crisis has in the capitalism way of production one of the possible causes. The unstopped search for the profits, into unlimited exploration of limited resources, made a huge transformation in human relationships with the nature, causing environment devastation, shortage of resources and species disappearance. Arises the necessity of question the society model that we are and which brings this crisis state, while we are impelled to search an alternative way. The ecosociallist praxis blows marxist principles with ecological matters, bringing important contributions regarding alternatives to capital/exploratory *modus*, advocating for a social fair society and environmentally sustainable. This way, by bibliographic review, we will research about this theory which have been growing in academic middles. In the same way, we will analyze the rural social movements' paper in the construct of this reality. Throut the half estruture interviwes, bibliografic research and visities in the space of settlement called Moacir Lucena, that is today a exemple of rural resignification.

Keywords: Capitalism. Ecology crisis. Social moviments. Agrarian Reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros ---------- 46
Figura 02 - Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011 ---------- 48
Figura 03 – Valor anual em reais destinado à reforma agrária (2004-2010) ---------- 50

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estrutura fundiária brasileira 2009 ---------- 44
Tabela 02. Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011 ---------- 47
Tabela 03 – Distribuição da quantidade produzida de acordo com o modelo de agricultura - 2006 ---------- 51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL ---------- **10**
METODOLOGIA GERAL---------- **14**
REFERÊNCIAS ---------- **16**

CAPÍTULO 1 – ECOSSOCIALISMO: UMA UTOPIA NECESSÁRIA ---------- **18**
RESUMO---------- **18**
ABSTRACT---------- **18**
INTRODUÇÃO ---------- **19**
ENTRE O SUICÍDIO E O ECOCÍDIO ---------- **20**
ENTRE O VERDE E O VERMELHO ---------- **24**
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: UM OUTRO *ETHOS*---------- **30**
CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- **37**
REFERÊNCIAS ---------- **38**

CAPÍTULO 2 – DA OCUPAÇÃO À EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA: ASPECTOS DE UMA ECOLOGIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA, APODI, RIO GRANDE DO NORTE ---------- **41**
RESUMO---------- **41**
ABSTRACT---------- **41**
INTRODUÇÃO ---------- **42**
1 CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO ---------- **43**

2 REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: REPENSAR O CAMPO PARA REPENSAR A SOCIEDADE---------- **48**

3 MOVIMENTOS POPULARES COMO SUJEITOS COLETIVOS DE UM NOVO RURAL ---------- **52**

4 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: ENTRE A BÍBLIA E A ENXADA---------- **55**

5 ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA ---------- **58**

5.1 Participação e Gestação Democrática: o exemplo da associação comunitária e cooperativas---------- 63

5.2 Agricultura familiar como dinâmica de resistência---------- **65**
5.2.1 Agroecologia: Harmonizando o conhecimento popular e acadêmicon---------- **66**

5.2.2 Pluriatividade: sobrevivendo no semi-árido---------- **68**

CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- **69**
REFERÊNCIAS ---------- **71**

CONSIDERAÇÕES FINAIS---------- **74**

INTRODUÇÃO GERAL

A crise ecológica mundial para a maior parte dos pesquisadores é um fato incontestável, sendo o sistema de produção capitalista pensado como sua possível gênese. Sustenta-se que seus princípios com forte influência da escola antropocêntrica liberal, bem como sua (anti)ética de busca desenfreada pelo lucro, mediante a exploração ilimitada de recursos limitados, operaram transformações de grande porte nas relações do ser humano com a natureza. O modo de ser das culturas ancestrais de respeito e até sacralização do meio ambiente foi substituído por uma concepção tão somente utilitarista do meio ambiente, levando à super-exploração e esgotamento de recursos naturais.

O sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy comunga de tal pensamento ao afirmar que o:

> Crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio ambiente em geral; aquecimento do planeta, começo da fusão das geleiras polares, multiplicação das catástrofes 'naturais'; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares, impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas, 'vaca louca', gado com hormônios. Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. (2005, p.42)

O Professor Wagner Costa Ribeiro, na apresentação da obra "Ecologismo dos Pobres" de Juan Martinez Alier, manifesta-se no mesmo sentido:

> Não resta dúvida de que a produção de mercadorias em larga escala estimula a confrontação pelo uso da natureza. Ela foi transformada em recurso para acumulação capitalista e é reproduzida, em bens de consumo duráveis, ou não. A produção, crescente, necessita de uma base material também em expansão, o que não é possível para toda a gama de materiais empregados pela economia capitalista (2009, p. 09).

Concebe-se, portanto, que a problemática ambiental tem sua gênese não em fatores naturais, mas antrópicos. E que o modo de produção capitalista é estruturalmente incompatível como a preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar que no meio rural a incidência dos malefícios trazidos pela necessidade de acumulação de capital a qualquer custo imposta pelo sistema capitalista é ainda mais evidente, uma vez que seus reflexos não se limitam ao ambiente agrário e suas populações,

mas alcançam também o espaço urbano. Favelas, cortiços, violência urbana, inchaço populacional, são todos frutos da assimetria fundiária brasileira.

O modelo de agronegócio, hoje hegemônico e solidificado, vem ser a expressão mais fiel do capitalismo no campo. Ao fundir a concentração de terras com a lógica de mercado exigida pelas empresas transnacionais, o sistema agrário brasileiro tem privilegiado a produção de *commodities* em detrimento da alimentação básica da população, além de provocar sérios passivos ambientais como a devastação de florestas, mortandade de animais e desaparecimento de espécies nativas.

Dentro dessa realidade social e ambientalmente preocupante, como por meio de um processo de quebra paradigmática, surge a necessidade de questionarmos o modelo de sociedade em que estamos inseridos e que originou esse estado de crise, no mesmo passo que somos impelidos a buscar, também, um outro modelo civilizatório capaz de lançar seu olhar sobre a questão ecológica, não de forma isolada, mas de modo que incorpore também os valores sociais, econômicos e democráticos.

A práxis ecossocialista, que funde princípios marxistas e questões ecológicas, traz importantes contribuições no que se refere à alternativas a esse *modus* capital/explorador. Defendendo um rompimento com a concepção produtivista, seja ela oriunda do capitalismo ou do dito socialismo real, esta corrente de pensamento e ação mostra-se como uma tentativa de homogeneizar os princípios do socialismo com as concepções da ecologia crítica.

Nas palavras de Löwy:

> [...] o ecossocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização (2005, p.40)

Continua o mesmo autor:

> O socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas das suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital. Ambos pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico para outros. Ambos concebem a economia como ‘inserida’ no meio ambiente: social para uns, natural para outros (2005, p. 42).

No entanto, afirmam seus porta-vozes, não é necessário o fim do sistema capitalista para que ela possa ser vista e/ou construída. Suas sementes já germinam em grupos resistentes ao modelo atual e o papel dos movimentos sociais é de destaque nesse processo. Os grupos

ligados à Via Campesina (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Comissão Pastoral da Terra), por exemplo, advogam pelo exercício de concepções de vivência societária bem próximas ao que entendemos por ecossocialismo, mesmo que não utilizando necessariamente essa nomenclatura. Seu combate ao latifúndio e agronegócio. Seus intentos de compartilhamento da terra e propriedades comuns, além da produção agroecológica e familiar são a gênese de um processo ecossocialista progressivo.

Essa também é a opinião de Joan Martinez Allier (2009, p. 273), ao afirmar que "Nesse conflito ainda sem solução à vista e quase esquecido, irrompem agora atores novos, tais como a Via Campesina, propondo uma nova política agrícola mundial. Um espaço de atuação aberto pela negligência e pela incapacidade dos Estados".

Nesse trabalho analisaremos a experiência do Assentamento Moacir Lucena, na região de Apodi, Rio Grande do Norte. Essa comunidade, sob a influência da CPT, entidade ligada à ala progressista da igreja católica que tem na defesa dos camponeses a sua principal função e integrante da organização Via Campesina, tem procurado em sua vivência resignificar as suas relações, seja com o meio ambiente ou interpessoais. A adoção de uma associação como órgão gestor, do cooperativismo e a opção por práticas agroecológicas nos remete a algo bem próximo do que é teorizado pelo ecossocialismo, mesmo que em sua fase embrionária.

Dentro desse contexto, essa pesquisa orienta-se pelo seguinte questionamento: Como se apresenta especificamente essa gênese ecossocialista difundida pelos movimentos sociais do campo ligados à Via Campesina, em especial na realidade do Assentamento Moacir Lucena, em Apodi, Rio Grande do Norte?

Tendo por base o problema levantado, nos dois capítulos desse estudo procuraremos: analisar a influência da cultura capitalista no processo de construção social que levou à atual crise ecológica; analisar as propostas e alternativas que apresenta a concepção ecossocialista para a construção de uma nova sociedade que incorpore os valores sociais e ecológicos; discutir a respeito do papel dos movimentos sociais campesinos na construção de um novo rural; investigar as aproximações do Assentamento Moacir Lucena com a teoria do ecossocialismo, e como ele pode servir de papel contra-hegemônico ao capitalismo rural.

Em atendimento aos objetivos e conforme padronização estabelecida pelo Programa, esta Dissertação se encontra composta por esta Introdução geral, uma Caracterização geral da Área de estudo, Metodologia geral empregada para o conjunto da obra e por dois capítulos que correspondem a artigos científicos a serem submetidos à publicação. O Cap. 1, intitulado ECOSSOCIALISMO: UMA UTOPIA NECESSÁRIA, foi submetido ao periódico Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente e, portanto, está formatado conforme este periódico

(http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines). O Cap. 2, intitulado DA OCUPAÇÃO À EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA: ASPECTOS DE UMA ECOLOGIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA, APODI, RIO GRANDE DO NORTE, será submetido a Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente e, portanto, está formatado conforme este periódico (http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines). Ao final serão apresentadas as considerações finais.

METODOLOGIA GERAL

A presente pesquisa optou por um metodologia mista e de cunho interdisciplinar, que mesclasse as áreas de meio ambiente, sociologia e economia, a fim de construir uma compreensão mais integral sobre o tema proposto.

Haja vista que o tema foco é ainda novo no que se refere a debates acadêmicos e conceituais, decidimos que o primeiro capítulo seria dedicado a uma ampla revisão bibliográfica sobre o tema do ecossocialimo. Dessa forma, como debate preliminar, realizamos uma pesquisa/revisão bibliográfica sobre as interelações homem x modo de produção capitalista x meio ambiente, procurando entender quais as influências da lógica capitalista na produção da crise ecológica.

Em seguida procedemos com um estudo bibliográfico na literatura nacional e estrangeira sobre as propostas do ecossocialismo, buscando, através de seus principais teóricos, suas concepções ideológicas e proposições para a construção de um pensamento e de uma práxis ecológica social.

Em continuidade e encerrando a primeira parte da pesquisa, foram analisados por meio de revisão bibliográfica, em que medida os princípios e práticas adotadas pelos movimentos ligados à Via Campesina se aproximam das proposições feitas pela corrente ecossocialista. Assim se deu a primeira parte da dissertação que corresponde a um artigo e/ou primeiro capítulo da pesquisa.

Na segunda parte dedicamos nosso estudo à análise de como os movimentos sociais do campo contribuem para a construção de uma nova sociedade a partir do rural. Para tanto, escolhemos um assentamento de reforma agrária para ser objeto de nosso estudo, o assentamento Moacir Lucena, localizado em Apodi, Rio Grande do Norte. Essa comunidade rural incorporou em seus anos de existência práticas importantes no que se refere a um outro modelo de vivência, como a participação política de seus moradores nas decisões da comunidade por meio da associação; a procura de uma horizontalidade na produção econômica por meio das cooperativas e o não uso de defensivos agrícolas, priorizando a produção agroecológica.

Metodologicamente, achamos por bem, antes da experiência empírica, contextualizar o espaço rural brasileiro. De tal forma, tendo por base pesquisas bibliográficas debatemos sobre a hegemonia do agronegócio e suas contradições, na medida em que trouxemos a reforma agrária e agricultura familiar como contraponto às mazelas sociais e ambientais provocadas pelo sistema de *commodities.* Debatemos ainda sobre o papel dos movimentos

sociais na construção de sujeitos coletivos de direito, capazes de, mesmo com a inércia estatal, trazer avanços sociais e ambientais. Usamos como exemplo a Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada a Via campesina que tem desempenhado um importante papel na defesa da agricultura familiar e camponesa e figura como alicerce da existência da comunidade pesquisada.

Dessa forma, por meio de visitas *in loco*, coleta de dados estatísticos, consulta a periódicos, pesquisas e trabalhos que tenham por objeto de estudo a concepção de sociedade vivenciada nos assentamentos, além de entrevistas semi-estruturadas à lideranças da comunidade, agentes de pastoral e técnicos agrícolas, extraímos o conteúdo e dados para que possamos aferir até que ponto a vivência da população dessa localidade pode-se configurar como uma contra-hegemonia ao capital agrário. É importante esclarecer que, após concordância dos entrevistados, usamos na transcrição os seus nomes verdadeiros, pois assim acreditamos que daria maior legitimidade ao resultado da pesquisa diante do papel fundamental dos agentes. Assim se deu a segunda parte da dissertação que corresponde a um artigo e/ou segundo capítulo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

DIEGUES, A. C. **O Mito da Natureza Intocada.** 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** 2 ed. Rio de Janeiro**: C**ivilização Brasileira, 2010.

GALEANO, E. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** Porto Alegre: L&PM, 2011 a.

_____. **Quatro frases que fazem o nariz do Pinóquio crescer.** Montevideo, maio de 2011b. Disponível em: < http://www.brasildefato.com.br/node/6348 > Acesso em: 10 jul. 201

GARCIA, A. **A Sociologia Rural no Brasil**: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Porto Alegre: Sociologias, 2003.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**, Porto alegre: L&PM, 2011.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Vozes, 2009.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo.** Cortez: São Paulo, 2005.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

O'CONNOR, J. **Natural Causes**: Essays in Ecological Marxism, New York: The Guilford Press, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**: Os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SILVA, J. G. da. **A modernizacao dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TEIXEIRA COELHO**. O que é utopia.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasileira. Coleção Primeiros Passos, 1981.

VÁZQUEZ, A. S. **O valor do socialismo.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

ECOSSOCIALISMO: UMA UTOPIA NECESSÁRIA

JOÃO PAULO DO VALE DE MEDEIROS[1], DR. DANIEL DURANTE PEREIRA ALVES[2]

ESTE ARTIGO FOI SUBMETIDO AO PERIÓDICO REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE E, PORTANTO, ESTÁ FORMATADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DESTA REVISTA (http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines)

RESUMO: O presente trabalho teve como objeto de estudo a práxis ecossocialista. Para tanto, dividiu-se em três partes principais. A primeira se dedicou à análise do sistema capitalista como principal causador da crise ecológica mundial. Com efeito, a sua (anti)ética de busca desenfreada pelo lucro tem levando à super-exploração e esgotamento de recursos naturais. Assim, questiona-se o tipo de sociedade que originou esse processo, na medida que busca-se também a construção de um novo modelo civilizatório que seja capaz de lançar seu olhar sobre a questão ecológica aliada à paradigmas sociais, econômicos e democráticos. A segunda parte da pesquisa procurou teorizar o ecossocialismo, que funde princípios marxistas e ecológicos, e se apresenta como alternativa a esse *modus* capital/explorador. Rompendo com a concepção produtivista, o ecossocialismo configura-se numa tentativa original de homogeneizar os princípios do socialismo com as concepções da ecologia crítica. E por fim, buscou-se a análise de possíveis sementes ecossocialistas que já germinem em grupos resistentes ao modelo atual, como é o caso de assentamentos ligados à Via Campesina. O combate ao latifúndio, seus intentos de compartilhamento da terra e propriedades comuns, além da produção agroecológica e familiar caracterizam a gênese de um processo ecossocialista progressivo.

Palavras-chave: Crise ecológica. Capitalismo. Ecossocialismo.

ABSTRACT: The present work was to study object ecosocialist praxis. For this purpose, divided into three main parts. The first is dedicated to the analysis of the capitalist system as the main cause of global ecological crisis. Indeed, their (un)ethical of uncontrolled search for profit has led to over-exploitation and depletion of natural resources. So, wonders what kind of society that originated this process, as it tries also to build a new model of civilization that is able to cast his eyes on the ecological question together with the social, economic and democratic paradigms. The second part of the research sought to theorize ecosocialism, which merges marxist and ecological principles, and presents itself as an alternative to this *modus* capital / explorer. Breaking with the productivist conception, the ecosocialism configures in an original attempt to homogenise the socialism principles with the critical concepts of ecology. Finally, we sought to analyze possible ecosocialists seeds that already germinating in groups resistant to the current model, as is the case of settlements linked to the Via Campesina. The fight against the latifundium, their intents of share of the land and common properties, as well as agro-ecological and family production characterize the genesis of a progressive ecosocialist process.

Keywords: ecological crisis. Capitalism. Ecosocialism.

[1] Aluno do mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN)– jpvaledemedeiros@hotmail.com

[2] Professor orientador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN)- durante@ufrn.net

INTRODUÇÃO

Nesses últimos tempos a velha indagação metafísica “de onde viemos?” tem cedido lugar a uma outra tão velha quanto, porém em um tom bem mais preocupante: “para onde vamos?”. O desequilíbrio ambiental atestado por grande parte da comunidade científica tem deixado a humanidade em estado de alerta. Fato que agrava o problema é que ele não afeta apenas a fauna, flora e biomas, mais também aos seres humanos. Manifestado de várias formas, desde a escassez de recursos naturais ao derretimento de geleiras, a crise ecológica mundial tem provocado as mais diversas reações. Partindo dos céticos, que não dão crédito às evidências e estudos que apontam para uma crise ecológica, passando pelos adeptos do capitalismo verde, onde o mercado, por meio do avanço tecnológico e selos verdes resolverá o todo problema, chegando, por fim, aos ecologistas críticos, entre eles os ecossocialistas, que apontam como único norte a reestruturação da sociedade nos seus diversos campos, em especial na construção de um novo sistema econômico de produção e na incorporação de novos valores sócio-ambientais.

Nesse estudo acerca de questão ecológica nos aprofundaremos nas concepções trazidas pelos ecologistas críticos, mais precisamente no pensamento oferecido pelos ecossocialistas. Entendemos que uma vez pesquisando a problemática ambiental não podemos restringir nosso olhar a uma única lente de visão, ao contrário, há uma série de fatores que, interligados, são causadores do abalo e por isso devem ser investigados. Dessa forma, os grandes campos “ambiental” e “social” que, por vezes, de forma acrítica, foram levados a separação, são nesse estudo observados em conjunto. Por meio de uma análise macro da problemática ambiental, abordando os fatores sociais e econômicos, problematizaremos a questão ecológica, fazendo um paralelo entre a devastação ambiental e o modo de produção capitalista.

De forma mais específica, discutiremos também as contribuições oferecidas pelo ecossocialismo, essa teorização que mescla concepções ecológicas e marxistas e se oferece como alternativa ao modelo atual de civilização. Não obstante a sua existência prática, seja em povos antigos, com tribos andinas, ou em grupos mais contemporâneos, como ecovilas e pequenos agricultores, nos espaços acadêmicos ganhou corpo de forma mais sistemática acerca de vinte anos atrás, estando ainda em sua fase de gestação. No Brasil, da mesma forma, sua pesquisa ainda é bem reduzida assim como o número de obras que tratam do tema. Todavia, a ciência é construída aos passos. A práxis de hoje bebeu na fonte da teoria de ontem que, por sua vez, incorporou valores da prática do tempo anterior. Assim, auxiliados pelo que

já foi construído teoricamente até agora, proporemos nossas análises e contribuições, de modo que, mesmo pontualmente, possamos agregar algo.

Por fim, debateremos de uma forma geral a respeito dos movimentos rurais ligados à organização Via Campesina e como suas ideias de reforma agrária, espaços coletivos, produção agroecológica e gestão democrática se inserem em uma perspectiva prática do que se entende por ecossocialismo. Esse ponto servirá também como prévia da segunda parte da dissertação, a qual abordará de maneira mais aprofundada e empírica a experiência de uma comunidade rural e suas aproximações com a teoria ecossocialista.

ENTRE O SUICÍDIO E O ECOCÍDIO

Parte considerável dos intelectuais credita o processo de crise ambiental em que o planeta se encontra ao modelo civilizatório adotado nos últimos três séculos. A busca desenfreada pelo lucro, mediante a exploração ilimitada de recursos limitados, operaram transformações de grande porte nas relações do ser humano com a natureza. A lógica do sistema capitalista de produção e circulação de mercadorias exige do meio ambiente uma demanda de recursos em nível crescente. A medida em que a população mundial aumenta, aumentam também, dentro da lógica capitalista, a necessidade de produção de bens de consumo, sejam eles duráveis ou não duráveis.

O economista mexicano Henrique Leff em “Ecologia, Capital e cultura” afirma que a necessidade de se buscar cada vez mais recursos naturais faz parte do ciclo de sobrevivência do sistema capitalista. De forma literal:

> Uma vez que o capital alcançou um certo grau de desenvolvimento – de elevação na sua composição orgânica – sua reprodução ampliada requer novas fontes de acumulação que lhe permitem ampliar as taxas de mais-valia. A apropriação dos recursos naturais dos países tropicais e a exploração do trabalho das populações indígenas das regiões colonizadas cumpriu essa função estratégica do capital (2009, p.19).

O Professor Wagner Costa Ribeiro, na apresentação da obra “Ecologismo dos Pobres” de Juan Martinez Alier, traz observação no mesmo sentido:

> Não resta dúvida de que a produção de mercadorias em larga escala estimula a confrontação pelo uso da natureza. Ela foi transformada em recurso para acumulação capitalista e é reproduzida, em bens de consumo duráveis, ou não. A produção, crescente, necessita de uma base material também em expansão, o que não é possível para toda a gama de materiais empregados pela economia capitalista (2009, p. 09).

O sistema de capital tem sua forma de desenvolvimento própria, que é a quantitativa: mais pessoas significam mais consumidores. E, em consequência, mais objetos a serem produzidos e recursos naturais a serem explorados. Isso sem tocar no ponto da obsolescência programada, onde as mercadorias são criadas com o objetivo de ter vida curta para que outras possam vir e circular.

É nesse curso que as culturas ancestrais de respeito e até sacralização do meio ambiente são substituídas por uma concepção tão somente utilitarista da natureza, levando à super-exploração e esgotamento de recursos naturais. Tais tradições culturais são deixadas em segundo plano, quando não apropriadas em forma de mercadoria. E o campo – em sua forma tradicional camponesa – é relegado ao conceito de subdesenvolvimento.

O sociólogo argentino Atílio A. Boron afirma que:

> A cada quatro anos se supera a cifra das vítimas de todas as guerras que houve no século 20. Um lento holocausto, dissemos; um sacrifício produzido pela intensificação sem precedentes das características predatórias de um modo de produção, o capitalista, que, ao conceber os homens e as mulheres, e a natureza, como meras mercadorias, como valores de uso que, ao se mercantilizarem, se transformam em fontes inesgotáveis de lucro, põe em perigo a sobrevivência da espécie em todo o planeta (2010, p. 39).

O sistema capitalista revela-se então como suicida, uma vez que insustentável, e ecocida, já que incompatível com a preservação ambiental. No entender de Eduardo Galeano "este sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é o que está fazendo adoecer nosso corpo, está envenenando nossa alma e está deixando-nos sem mundo" (GALEANO, 2011)

É nessa realidade preocupante que atestamos, necessariamente, uma incongruência entre o sistema de capital e a preservação ambiental. Resultando, portanto, que a proteção ao meio ambiente apenas logrará êxito se associada ao questionamento do modelo de produção adotado pela humanidade, em especial a da parte ocidental do globo. Eduardo Galeano faz um importante alerta:

> A humanidade inteira paga as consequências da ruína da terra, da intoxicação do ar, do envenenamento da água, dos distúrbios do clima e da dilapidação dos bens mortais que a natureza outorga. Mas as estatísticas confessam e os números não mentem: os dados, ocultos sob a maquiagem das palavras, revelam que 25 por cento da humanidade é responsável por 75 por cento dos crimes contra a natureza. Comparando-se as médias do norte e do sul, cada habitante do norte consome dez vezes mais energia, dezenove vezes mais alumínio, quatorze vezes mais papel e treze vezes mais ferro e aço. Cada norte-americano lança no ar, em média, 22 vezes

> mais carbono do que um hindu e treze vezes mais do que um brasileiro (2011a, p. 222).

Continua o mesmo autor:

> A adoção massiva desses modelos de consumo, se possível, teria um pequeno inconveniente: seriam necessários dez planetas como este para que os países pobres pudessem consumir tanto quanto consomem os países ricos, segundo as conclusões do fundamentado relatório de Bruntland, apresentado à Comissão Mundial de Meio Ambiente e desenvolvimento em 1987 (*IBIDEM*, p. 222).

Como visto, esse mesmo modelo que tem levado à crise restringe seus benefícios a uns poucos, seja por ser essa uma de suas principais características, seja pela impossibilidade material de todo o globo ter o mesmo padrão de consumo.

Outro ponto importante dentro do processo de análise crítica da questão ecológica é que não são apenas as florestas e animais que figuram como objeto de destruição, mas também a própria humanidade, em especial a dos países periféricos da América Latina e África. O problema ganha contornos bem maiores do que certos ecologistas profundos procuram imprimir, ao configurar-se em localizadas, mas constantes, tragédias sócio-ambientais.

Lembra o professor Wagner Costa Ribeiro que:

> Em nosso país já se registraram tensões sociais ambientais. Basta lembrar do que resultou o deslocamento de população para a construção de barragens na Amazônia que ocasionou a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens; ou a gerada pela expansão do cultivo da cana-de-açucar na década de 1980 para a produção de álcool em áreas usadas para produzir alimentos, sem falar na constante luta dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos para manterem suas terras diante da pressão pela exploração mineral e/ou instalação de hidrelétricas. Ou mesmo a verificada nos seringais do Acre, que teve na figura do líder sindical Chico Mendes uma oposição ferrenha à derrubada da mata na qual se encontravam as seringueiras usadas pela retirada de látex, resistência que culminou com seu assassinato em 1988 (*APUD* ALIER, 2009, p. 10-11).

E não apenas, há dezenas de projetos em andamento cuja política ambiental e social é questionável: transposição do Rio São Francisco; usina de Belo Monte; grandes perímetros irrigados, como o da região da Chapada do Apodi/RN e etc.

Emergem desse contexto dois pontos que valem ser lembrados: o primeiro, de que a crise ecológica é mundial, mas não necessariamente causada por todo mundo. Não se pode comparar a contribuição dada à crise de um industrial norte-americano com a de um camponês latino, como já foi exemplificado no texto de autoria de Eduardo Galeano, acima mencionado. Segundo: nem tudo que vem em nome do meio ambiente o é de verdade, ou seja,

falar de ambientalismo e manter-se preso às estruturas que provocam a devastação ambiental é no mínimo contraditório, como “as propostas feitas pelas correntes dominantes da ecologia política europeia que são muito insuficientes ou levam a becos sem saída” (LÖWY, 2005, p. 46).

A professora Arlete Moyses Rodrigues alerta que há discursos que outorgam a si a bandeira de proteção ambiental, mas ocultam “as causas e os maiores responsáveis pelos problemas do presente e do futuro” (2009, p.158). Segundo Arlete Moyses Rodrigues, “incorporar a palavra ‘sustentável ao ‘desenvolvimento’ foi uma forma de ‘ajuste’ de terminologia mantendo o modo de produção de mercadorias, atribuindo os problemas aos desvios do ‘modelo’ de cada país e não ao modo de produção dominante”. Ora, continua a geógrafa, “o desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio no futuro sem considerar o presente e o passado, oculta o lugar, tenta lançar uma cortina de fumaça sobre a análise do espaço onde as relações sociais concretas ocorrem” (RODRIGUES, 2004, p. 159).

Sob esse prisma, é preciso questionar o modelo de desenvolvimento, seja ele acompanhado ou não dos termos “sustentável”, “verde”, “ecológico”, como lembra Calos Walter Porto-Gonçalves, muitas vezes o termo desenvolvimento vem a ser um “nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (2004, p. 24).

Portanto, soa anacrônico e inconcebível, bem como de difícil efetivação, qualquer proposta ecológica que não seja imbricada com o questionamento do sistema e com proposituras sócio-ambientais claras e harmônicas. No dizer de Porto-Gonçalves:

> [...] o desafio ambiental se coloca no centro do debate geopolítico contemporâneo enquanto questão territorial, na medida em que põe em questão a própria relação da sociedade com a natureza, ou, melhor, a relação da humanidade, na sua diversidade, com o planeta, nas suas diferentes qualidades (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 75).

Eduardo Galeano parte da mesma premissa de que o meio ambiente e as questões sócio-políticas tem estreita ligação, desaconselhando qualquer “neutralidade ecológica”:

> A ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles. Chico Mendes, trabalhador da borracha, tombou assassinado em fins de 1988, na Amazônia brasileira, por acreditar no que acreditava: que a militância ecológica não pode divorciar-se da luta social (2011b, p.).

É dentro dessa imbricada teia de relações que a humanidade é impelida a repensar o seu viver civilizatório, distanciando-se da "linguagem oficial que asfixia a realidade para outorgar impunidade à sociedade de consumo, que é imposta como modelo em nome do desenvolvimento, e às grandes empresas que tiram proveito dele" (GALEANO, 2011). Como lembra o sociólogo argentino Atílio Boron,

> Aquilo que, há apenas uma geração, tivesse soado como uma espécie de neomalthusianismo lunático, hoje volta a soar como a sensata advertência impusionada por indivíduos e instituições que vislumbram um futuro catastrófico para nossa espécie, a menos que se abandone o rumo pelo qual vimos transitando nas ultimas três décadas (2010, p. 39).

Na medida em que nos aproximamos de uma visão mais crítica da problemática ambiental, mais adaptada à realidade brasileira e da América Latina, analisando seus principais causadores e apontando/construindo soluções que harmonizem o desenvolvimento (principalmente para as camadas mais pobres da população), a natureza e a justiça social, surgem alguns possíveis caminhos, entre eles, o que foi batizado de ecossocialismo.

ENTRE O VERDE E O VERMELHO

O discurso fatalista, de imobilidade e resignação, é um dos vetores que outorgam à humanidade o quinhão da devastação do meio ambiente. O sociólogo Max Beer faz esse diagnóstico:

> A mais perversa armadilha da alienação é acreditar que 'sempre foi assim' e, portanto, 'sempre será assim'. A consciência imediata, presa à particularidade da época em que vive, tende a transformar em naturalidade os contextos sociais, culturais e históricos, justificando a inevitabilidade das formas sociais estabelecidas (2006, p.7).

O sociólogo francês Henri Lefebvre, seguindo o filósofo grego pré-socrático Heráclito, aponta que "o real não é imóvel, dado de uma só vez, pronto e acabado. Trata-se de um devir; portanto, de uma possibilidade" (2011, p.57). Nesse manuscrito de 1948, referindo-se ao sistema capitalista, o autor já demonstra a necessidade da construção de uma nova realidade, não mais atrelada à exploração do homem pelo homem tendo como único fim a acumulação de capital. De maneira esperançosa, Lefebvre alerta que é possível à inauguração de novas relações sociais baseadas em novos valores, ora, "se a resignação deixou de ter sentido, e se a

passividade não pode mais passar por uma virtude, é porque outra coisa se tornou possível" (2011, p. 57).

Mesmo dentro de uma realidade de imobilismo e ceticismo da população em geral surgem algumas propostas apontando corajosamente uma saída possível. No dizer dos opositores a estas proposições e também dos defensores, trata-se de utopias. Segundo aqueles, utopia como quimeras, vontades sem concretude. Já na concepção dos defensores de tais ideias, a utopia seria no sentido de algo que ainda não é, mas pode vir a ser, "algo que se mova para a frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir" (TEIXEIRA COELHO, 1981, p. 07).

Segundo os teóricos ecossocialistas, tal práxis se insere dentre essas "utopias possíveis" e tem por principal objetivo a construção de um novo modelo civilizatório. John Bellamy Foster, tratando dos pilares dessa nova corrente de pensamento, esclarece que em verdade "a questão não é antropocentrismo versus ecocentrismo – a rigor, tais dualismos pouco nos ajudam a entender as condições materiais reais, em perene mudança, da existência humana no interior da biosfera – mas uma questão de coevolução" (2010, p. 25). A criação de um novo modelo que lance seu olhar sobre a questão ecológica, mas que não se resuma a ela, incorporando também em sua práxis valores como a justiça social, culturais e democráticos.

As discussões acerca do ecossocialismo a nível mundial se avolumaram principalmente por volta da década de 90, graças a alguns pesquisadores e suas obras como Joan Martinez Allier com "Ecologismo dos Pobres" e "Da economia ao Ecologismo Popular", Michel Lowy com "Ecologia e Socialismo", Enrique Leff com "Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental", James O´connor com "Natural Causes: Essays in Ecological Marxism" e John Bellamy Foster com "A ecologia de Marx: materialismo e natureza", apesar de serem bem escassas em território brasileiro.

Até bem pouco tempo seria inaceitável ligar os princípios marxistas à ideia de preservação ambiental, seja por parte dos ambientalistas, avessos à intromissão das ciências sociais no campo ecológico e que viam na obra "O Capital" – símbolo literário máximo do marxismo – uma visão tão somente produtivista de sociedade, que, obviamente, não abarcaria a questão ambiental. Ou até mesmo dos que se dizem de esquerda, segundo os quais a problemática ecológica não seria central na luta de classes.

No entanto, começou a ganhar corpo a voz de que o ambientalismo por si só, desligado de um pensamento econômico e social, não seria capaz de dar uma resposta contundente à problemática ecológica. Alguns pensadores marxistas atentaram, também, para

a necessidade de se incorporar a preocupação com o meio ambiente dentre os princípios defendidos para uma nova sociedade. Momento então que entra o pensamento marxista como auxiliar indispensável no debate ambientalista, marxismo aqui entendido em seu sentido mais amplo, sejam as primeiras contribuições trazidas por Karl Marx bem como tantas outras formulações de pensadores posteriores. Conforme Adolfo Sánchez Vázquez, tornou-se necessário reconhecer que "o socialismo volta a ser, aos nossos olhos, ainda mais valioso, pois, enfim, só ele oferece a alternativa possível à barbárie para a qual, sob o capitalismo, nos conduz o processo tecnológico" (2010, p. 68).

Como lembra Adolfo Vázquez:

> Com o termo socialismo identifica-se também uma fase de desenvolvimento social, uma nova sociedade, posterior ao capitalismo, que se distingue radicalmente deste pela socialização dos meios de produção, por novas relações e instituições sociais e por uma nova cultura (VÁZQUEZ, 2010, p. 35).

Há dentro do próprio grupo de pesquisadores que defendem o dialogo entre o marxismo e o ambientalismo divergências quanto ao grau de preocupação com o meio ambiente em Marx. Alguns veem nele um dos precursores da causa ambiental, como o americano John Bellamy Foster, que credita à Marx uma visão de mundo profundamente ecológica e que isto se deve a seu materialismo (FOSTER, 2010). Outros já enxergam na práxis marxista uma veia aberta à preocupação ecológica, todavia, sem outorgar à Marx o título de defensor da natureza, como, por exemplo, Michael Löwy. Eis a posição do intelectual franco-brasileiro:

> Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Por outro lado, é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital. Uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos "excessos" do produtivismo capitalista (2005, p. 38).

O sociólogo John Ballamy Foster, autor de uma das mais importantes obras teóricas do ecossocialismo, o livro "A ecologia de Marx: materialismo e natureza" e um dos mais empenhados defensores da visão ecológica de Marx, defende sua posição citando o próprio Marx, afirma Foster:

> A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer dizer, na natureza enquanto não é o corpo do humano. O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter um diálogo contínuo com ele se não quiser morrer. Dizer que a vida

> física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza (2010, p.107).

Ainda, em relação às criticas dos ambientalistas ao termo "dominação da natureza", encontrado em várias oportunidades em obras de Marx: "É obvio, ou deveria ser obvio, que a noção da 'dominação da natureza' pelo homem, embora tendendo para o antropocentrismo, não implica necessariamente uma extrema desconsideração da natureza ou das suas leis" (2010, p. 27).

Apesar de serem, ambos, protagonistas da teoria ecossocialista, é clara a divergência de analise entre o americano John Bellamy Foster e o franco-brasileiro Michale Lowy. Em uma de suas obras Foster critica Lowy:

> Até o socialista revolucionário Michael Lowy acusa Marx de ter adotado uma visão otimista, prometeica do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas [...] O verdadeiro ambientalismo, parece, demanda nada menos que a rejeição da própria modernidade. A acusação de prometeísmo é assim um modo circular de rotular a obra de Marx e o marxismo como um todo como uma versão extrema do modernismo (2010, p. 191).

Diferentes marcos de pensamento dentre os protagonistas de uma mesma teoria demonstra como as ideias ecossocialistas ainda estão no caminho de sua maturação. Apesar da falta de coesão imprimir certa dificuldade em algumas análises, não obsta o seu debate, ao contrario, torna-o mais necessário.

Dentre os dois "blocos" ecossocialistas, para nós, a linha de pensamento de Lowy parece ser a mais acertada:

> Meu ponto de partida é a constatação de que: a) os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano; b) os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre as sociedades humanas e a natureza estão longe de ser unívocos, e podem portanto ser objeto de interpretações diferentes; c) a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical (2005, p. 20).

Esse pode ser também o ponto de chegada. Dessa forma, mesmo que cheguemos à conclusão que Karl Marx não foi um ambientalista nos moldes que concebemos e que suas ideias não seriam consideradas ecológicas, "ninguém denunciou tanto quanto Marx a lógica capitalista de produção pela produção, a acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias como fim em si" (LOWY, p. 23).

Lembra Lefbvre:

> Desde suas obras de juventude, Marx constatou que o progresso técnico, o poder exercido sobre a natureza, a liberação do homem em relação à natureza e o enriquecimento geral da sociedade "moderna", ou seja, capitalista, trazia consigo uma contradição consequente: a servidão, o empobrecimento de uma parte cada vez mais numerosa da sociedade – a saber, o proletariado. Ao longo de toda a sua vida, ele empreendeu a análise e o processo dessa situação; demonstrou que tal contradição implicava e envolvia uma sentença de morte contra uma sociedade determinada: a sociedade capitalista (2011, p.13-14).

De fato, podemos desde logo afastar a visão ortodoxa de que as idéias socialistas se resumem ao desenvolvimentismo das forças produtivas, e que a concepção socialista de sociedade não poderia abarca a questão ecológica. Ora, a própria historicidade dialética não permitiria tal simplismo. O marxismo "continuamente se aprofunda e ultrapassa a si mesmo. Esse enriquecimento não se deteve até nossos dias. Foi buscado no passado e ainda será buscado no futuro" (LEFEBVRE, 2011, p. 23). Dessa forma, mesmo que não seja tão clara a posição em favor da preservação da natureza nos escritos marxistas iniciais – haja vista que o marxismo, ou o socialismo, não se resume ao pensamento de Marx – tais ideias, principalmente nos últimos anos, vem sendo incorporadas ao que entendemos por socialismo.

Eric Hobsbawn, em "Como mudar o mundo: Marx e o marxismo", reforça a tese de que Marx nunca propôs um modelo pronto e acabado de sociedade socialista. Com efeito, trouxe, outro sim, princípios e pilares que a outros foram incorporados no processo histórico:

> [...] é crucial lembrar que o próprio Marx se absteve, deliberadamente, de quaisquer declarações específicas sobre a economia ou as instituições econômicas do socialismo e nada disse a respeito da forma concreta de uma sociedade comunista, exceto que ela não poderia ser construída ou programada, mas que teria de se desenvolver a partir de uma sociedade socialista (2011, p.18)

Com efeito, não é apenas a concepção de mundo socialista que precisa incorporar valores ambientais, mas a visão ecologista também precisa usar da crítica marxista em sua análise da sociedade. Como lembra Adolfo Sánchez Vázquez:

> A superioridade do socialismo – e, em consequência, a consciência dessa superioridade – não está nos índices e produtividade, mas no fato de a sua produção estar a serviço das necessidades da sociedade como um todo; em ser não produção pela produção, mas produção para o homem (2010, p.40).

Ora, se um dos principais causadores da crise ambiental é o sistema capitalista e sua visão de desenvolvimento, e Marx, por sua vez, é um dos seus principais críticos, torna-se indispensável a análise de suas posições quando se debate a problemática ambiental. O desafio ambiental cobra, pois, outros valores como "solidariedade, generosidade, equidade, liberdade, democracia de alta intensidade" (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 33).

Afirma Eric Hobsbawn sobre a importância de se levar em consideração a importância do Marxismo:

> Mas duas coisas, com certeza, nunca perderam relevância para os nossos dias: a visão que Marx tinha do capitalismo como sistema econômico historicamente temporário e a análise que fez de seu modus operandi – continuamente expansionista e concentrador, gerador de crises e autotransformador (2011, p.20)

E prossegue assegurando que,

> No entanto, vários aspectos centrais da análise de Marx continuam válidos e relevantes. O primeiro, obviamente, é a análise da irresistível dinâmica global do desenvolvimento econômico capitalista e de sua capacidade de destruir tudo quanto se antepusesse a ele, até mesmo aqueles elementos do legado do passado humano do qual ele próprio se beneficiara, como as estruturas familiares (2011, p.23).

Pois bem, é nesse panorama de crise ambiental e necessidade de uma reavaliação da sociedade sob o prisma marxista que se apresenta o ecossocialismo. O ecossocialismo é uma teoria/práxis que funde princípios marxistas e questões ecológicas, e que se posta como uma alternativa ao *modus* capital/explorador. Rompendo com a concepção produtivista, seja ela oriunda do capitalismo ou do dito socialismo real, esta corrente de pensamento e ação se apresenta como uma tentativa original de homogeneizar os princípios do socialismo com as concepções da ecologia crítica.

Nas palavras de Löwy:

> [...] o ecossocialismo implica uma radicalização da ruptura com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não apenas uma nova sociedade e um novo modo de produção, mas também um novo paradigma de civilização (2005, p.40)

Continua o mesmo autor:

> O socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas das suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital. Ambos pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico para outros. Ambos concebem a economia como ‘inserida’ no meio ambiente: social para uns, natural para outros (2005, p. 42).

A proposta ecossocialista é, sobretudo, construir um novo paradigma de civilização, alicerçado em dois principais eixos: a justiça social e a preservação do meio ambiente. Segundo O'Connor “o socialismo ecológico é uma nova sociedade baseada na racionalidade

ecológica, no controle democrático, na igualdade social e no predomínio do valor de uso sobre o valor de troca" (1998, p. 278).

O ecossocialismo, apesar de conter uma mínima sistematização acadêmica, não é somente uma construção de intelectuais. Com efeito, podemos afirmar que tal teoria está se utilizando de exemplos obtidos por grupos que, em diferentes níveis, harmonizaram em seu cotidiano o respeito ao meio ambiente com preocupações sociais, como indígenas, ecovilas e campesinos.

Em terras brasileiras temos vários exemplos de convergência entre ecologia e socialismo, entre eles o de Chico Mendes, "seu combate era ao mesmo tempo social e ecológico, local e planetário, 'vermelho' e 'verde'" (LÖWY, 2005, p.13). Continua Löwy:

> Por sua articulação entre socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes e populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade – a última grande floresta tropical ainda não destruída pelo 'progresso' capitalista – o combate de Chico Mendes é um movimento exemplar, que continuará a inspirar novas lutas, não só no Brasil, mas em outros países e continentes (2005, p.15-16).

Outro exemplo de vivência que procura harmonizar preocupações ecológicas com a justiça social são os movimentos do campo ligados à organização Via Campesina, aqui não mais como indivíduos, mas como sujeitos coletivos, aos quais dedicaremos o próximo ponto de nossa pesquisa.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: UM OUTRO *ETHOS*

O processo de colonização/exploração brasileira é marcado pela exclusão e deixou marcas que se reproduzem nos dias atuais. Seja o analfabestimo, a falta de moradia ou a violência – inclusive institucional, são todos exemplos da herança do modelo de sociedade adotado em terras brasileiras. Falando-se apenas "no rural", a qual esta pesquisa está mais inclinada, os cultivos de monocultura (cana-de-açucar, café e etc.) junto à política coronelista e de latifúndio, bem como fatores clímaticos – as secas frequentes como no nordeste – afastaram o homem do campo, empurrando-o para os grandes centros urbanos, gerando com isso o inchaço populacional, desemprego e várias mazelas afins.

No mesmo sentido, José de Souza Martins

> As favelas e cortiços desta nossa America Latina e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernizacão forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na

> vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar (2002, p. 222).

O latifúndio junto à ideia de progresso que residia na imagem da cidade "terra de oportunidades" expulsou a população do campo. Como resultado dessa dinâmica, grande parte dos problemas do mundo urbano estão, necessariamente, ligados à questão rural. Já no "final do século XX é nas cidades que se concentra o grosso da população. A segunda metade do século vai conhecer um movimento contínuo de deslocamento das residências do campo para as cidades [...]" (GARCIA, 2003, p. 159). O homem que saiu do campo teve de se refugiar nos cortiços e favelas da cidade grande, aumentou a carga de desempregados e, em médio tempo, problemas decorrentes como analfabetismo e violência. A promessa de progresso e melhores condições de vida, em regra geral, não foi cumprida e o campo, seu antigo espaço, hoje é do latifúndio e da monocultura, parceiros íntimos do sistema de capital.

Já a cidade, lugar do progresso, é, segundo a fala corrente, destino necessário para os que "decidem" pela civilização. Aqui se refugiariam aqueles que optaram por deixar o atraso. Enquanto se caminha para a urbanização do país, o Brasil coloca-se como uma das nações com maior concentração fundiária da América Latina, espelho da desigualdade no país.

Como lembra Afrânio Garcia,

> Refletir acerca do campo brasileiro, sobretudo a propósito das transformações do século XX, significa necessariamente tomar por objeto o mundo da plantation, mais precisamente, as grandes plantações de café, cana-de-acucar, cacau, algodão, sisal ou variante (2003, p. 155).

Grandes pedaços de terra a perder de vista passam a ser a imagem do rural, sejam elas ociosas ou servidas à monocultura.

Pois bem, é em meados dos anos 70, seguindo a lógica da "revolução verde", ou "revolução dolorosa" como prefere José Graziano da Silva, que o grande capital coroa seu interesse pelo campo. Segundo Antônio Marcio Buainain, Ademar Romeiro e Carlos Guanziroli (2003), é nos anos 80 que se fortaleceu a defesa da modernização agrícola, por meio dos complexos agroindustriais, que permitiriam a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros. Essa ideia de modernização da agricultura, como política de Estado, assentou as diretrizes do modelo agrário brasileiro, que resistem até hoje.

Mais do que nunca tornou-se corrente a ideia, principalmente nos meios de tendência neoliberal, de que campo e cidade são, respectivamente, atraso e avanço. O campo, rústico, precário e pobre, teve sua história e hoje deve ser deixado para que a agricultura moderna –

diga-se agronegócio – possa expandir e gerar dividendos para o país. Sob essa ótica o campo não é mais espaço de vida e cultura, apenas lugar de geração de capital.

Assim,

> Dentro deste quadro analítico, a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável. Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um "pacote" tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 313)

Guilherme Costa Delgado lembra que as vítimas do agronegócio, que, na acepção brasileira do termo, "é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária", são praticamente as mesmas do latifúndio improdutivo. Ou seja, cambiou-se o modelo, porém permaneceram os vícios (2010, p. 93). Conforme Delgado:

> Há sinais, na conjuntura presente, de multiplicação dos focos de criminalidade, de violência e conflito, quem em grande medida se derivam da forma desigual com que se administra os interesses rurais do país. São muitas as vítimas desse processo, entre as quais se encontram trabalhadores informais, escravos e menores; índios, camponeses pobres, sem-terra, ambientalistas, atingidos por barragens, assentados da reforma agrária, desempregados e vítimas do narcotráfico, entre outros (2010, p.106).

Importante observação faz Carlos Walter Porto-Gonçalves ao afirmar que o novo modelo agrícola, baseado no latifúndio e monocultura, não leva apenas à expulsão da terra e à dependência do complexo industrial-financeiro dos centros urbanos, mas também "aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo" (2004, p. 97). A guinada para o monocultivo obedecendo diretrizes do capital representa ameaça clara à segurança alimentar da população, já que no lugar da cultura diversifica de gêneros alimentícios de primeira necessidade para o mercado interno que, no geral, era tradição da agricultura familiar, transfere-se o foco para a produção de gêneros servidos a exportação. Isso sem mencionar a política de produção usual baseada no uso de agrotóxicos, produtos transgênicos e privatização de sementes, maléficos à saúde humana e ao meio ambiente, tudo dentro da lógica exigida pelo capital.

Carlos Walter Porto-Gonçalves reforça

> A monocultura de alimentos (e outras) é, em si mesma, a negação de todo um legado histórico da humanidade em busca da garantia da segurança alimentar, na medida em que, por definição, a monocultura não visa a alimentar quem produz e, sim, à mercantilização do produto (2004, p. 90).

Continua o professor:

> [...] saltam à vista as limitações ecológicas desses agroecossitemas, na medida em que, sendo extremamente simplificados, são, por isso mesmo, dependentes de insumos externos para manter seu equilíbrio dinâmico. A contaminação das águas dos rios e do lençol freático tem levado à diminuição das espécies e do numero de peixes e, com isso, vem trazendo prejuízos às populações ribeirinhas, enfim, à diversidade biológica e cultura (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 100).

A contradição desse modelo é trazida de forma precisa por Miguel Carter ao afirmar que o Brasil é um dos "principais produtores e exportadoras de importantes *commodities* agrícolas – com destaque para açúcar, café, laranja, soja, carne bovina e tabaco – mas quase a metade de sua população enfrenta restrições ao acesso a necessidades alimentares básicas" (2010, p. 57).

Assim, sob a base da expulsão do homem do campo e exploração do meio ambiente assentou-se o modelo agrícola predominante e hegemônico.

Ocorre que por meio de passos lentos começa-se a repensar a ideia de rural e agricultura, a rever o campo como espaço de vida e não apenas produção mercantil. No mesmo sentido, urge a necessidade da produção agrícola se destinar à gêneros alimentícios, além de que livres de agrotóxicos e outros insumos prejudiciais. A construção dessa nova ética pautada em valores sociais, ambientais e democráticos tem enfrentado considerável resistência, seja pela dificuldade em assumir-se uma nova posição diante dos bens naturais e convívios sociais mas principalmente pela resistência natural do sistema econômico capitalista em se curvar diante dos anseios da coletividade.

Não obstante, essa "pequenas sementes ecossocialitas" passaram a germinar em grupos resistentes ao modelo atual. Este novo *ethos* passou a ser construído através de um processo lento, contínuo e sólido, nas bases, especialmente em torno dos movimentos sociais ligados à organização Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, a Comissão Pastoral da Terra-CPT e Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB. A Via Campesina é uma organização internacional que converge dezenas de movimentos de pequenos agricultores sob pautas comuns como a reforma agrária, soberania alimentar e agroecologia.

> A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e

> concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial. (VIEIRA, 2012 p. 04)

Joan Martinez Allier reforça a importância da Via Campesina nesse processo ao afirmar que "nesse conflito ainda sem solução à vista e quase esquecido, irrompem agora atores novos, tais como a Via Campesina, propondo uma nova política agrícola mundial. Um espaço de atuação aberto pela negligência e pela incapacidade dos Estados" (2009, p. 273). A Via viria propagar a ideia que a justiça sócio-ambiental no campo seria possível somente através da reforma agrária, que por sua vez permitiria o avanço da agricultura familiar.

> A Via Campesina propõe, então, o contrário do modelo dominante. A Via Campesina defende que a produção seja descentralizada através da produção, por cada população, de seus próprios alimentos, e diversificada, uma vez que os agricultores de cada país vão produzir a totalidade de seus alimentos e produtos agrícolas. Há, assim, uma forte ênfase no combate ao comércio internacional de produtos agrícolas. Para a Via Campesina, a soberania alimentar passa também por um conceito amplo de reforma agrária que vai além da distribuição de terra, envolvendo uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura. (VIEIRA, 2012, p 20)

Foi na década de 50 que o país presenciou as primeiras organizações populares mais consistentes por reforma agrária, as quais ganharam mais força em meados dos anos 60, especialmente no nordeste. Francisco Julião, um dos lideres das Ligas Camponesas, assim se expressou sobre esse período:

> O nordeste sempre deu boas lições de história; sempre foi uma região sensibilizada e sempre se pôs à frente dos grandes movimentos libertários desse país. Não é de admirar que, se não encontramos uma saída pacífica, legal para este problema de base, tal como a reforma agrária, isso bem pode conter em seu bojo a própria revolução brasileira. Se surgir, pois, um convulsão nesse país, o nordeste não poderá permanecer alheio, porque ele tem um general formidável comandando a região, que é o general-fome (. STEDILE, 2006, p. 170)

Todavia, é por meio da CPT, MST, MAB e outros movimentos sociais do campo que essa luta ganha maior sistematização e contornos políticos. Os movimentos populares organizados ligados à Via Campesina aparecem nesse contexto de necessidade de um novo paradigma não apenas agrícola, mas de sociedade. Ora, "o desafio ambiental, vê-se, requer outros valores – solidariedade, generosidade, equidade, liberdade, democracia de alta intensidade" (SANTOS, 2007, p. 33). Aqui inaugura-se outra visão do mundo agrário, mitigando a generalização da propriedade privada que serve como barreira à homens e

mulheres de terem acesso aos recursos naturais e econômicos, servindo de papel fundamental ao enraizamento do capitalismo.

A Comissão Pastoral da Terra, por exemplo, nasce da análise dos setores progressistas da Igreja Católica de que a questão agrária é visceral quanto a manutenção da pobreza no país e passam então a mobilizar os camponeses para lutarem por melhores condições de vida. Como lembra Afrânio Garcia, "a implantação das 'comunidades eclesiais de base' (CEBs) por todo o país permitirá que, das discussões em grupos assim constituídos, surjam muitas das iniciativas de mobilizações populares por condições de vida mais dignas" (2003, p. 178). E é no surgimento da criação da 'Comissão Pastoral da Terra', em 1975, que esse trabalho junto aos agricultores se intensifica por meio dos religiosos e leigos. Afirma o mesmo autor que "foi junto à CPT que se formavam as oposições sindicais que renovaram as lideranças do sindicalismo oficial, mesmo antes do fim do regime militar, e foi também aí que foram formadas as lideranças mais importantes do MST atual" (2003, p. 179).

Dentro desse processo surge também o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra como agente fundamental na construção de uma nova ideia do rural, em contraponto ao programa da monocultura e do agronegócio.

> A retomada das ocupações de terra, sobretudo pelo MST, desde o final dos anos 80, assim como a aceleração dessas ações durante os anos 90, vão demonstrar que os conflitos fundiários existem no país inteiro, que há milhões de demandantes de terra para nela fixaram residência e dela tirarem ao menos parte de seus sustento [...] (2003 p. 180).

Por meio de seus atos, em especial as ocupações, o MST mantém pautada na agenda nacional a questão da concentração de terra. Além da denúncia contínua do agronegócio e da precariedade no campo, em especial daqueles grupos que "se viram expropriados de suas condições tradicionais de existência, sem que isso signifique que tenham se transformado em um novo proletariado rural, titular de direitos e obrigações" (GARCIA, 2003, p. 175).

Michael Löwy vai no mesmo sentido ao afirmar que essa convergência entre socialismo e ambientalismo está presente não apenas em um ideário ou em pequenas redes de militantes "[...] mas também em torno do mais importante movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)" (2005, p.16).

A reforma agrária permitiria não apenas trazer o homem de volta ao campo e reverter grande parte dos problemas urbanos, mas também tocar no ponto da soberania alimentar, uma vez que a "a pequena produção é responsável em nosso país pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial" (SILVA,

1982, p. 37). Possibilitaria ainda aos camponeses tornarem-se sujeitos de seus destinos, seja culturais ou econômico-sociais, como acentua Adolfo Sánchez Vázquez:

> A superioridade da produção, segundo esse significado social e humano, cria as condições para a superioridade do socialismo, ao fazer dos produtores os senhores de seus produtos, dos membros da sociedade os senhores de suas condições de existência (2010, p.40).

A reforma agrária desempenha papel fundamental na redução das desigualdades sociais. Segundo Buainain:

> Os fatos e a história mostram claramente que, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, ainda se faz necessário no país, como condição para a eliminação da pobreza e de suporte essencial a um processo de redistribuição dinâmica da renda, um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. Produção familiar predominantemente descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande, na medida em que se eleva o custo de oportunidade do trabalho (BUAINAIN, ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003, p. 318).

Aliada à bandeira da reforma agrária e soberania alimentar defendidas pela Via Campesina e os movimentos que a compõe, soma-se a defesa de práticas agroecológicas. Em meados da década de setenta inicia-se, mesmo que timidamente, um movimento contra hegemônico no campo da agricultura, reivindicando velhas práticas tradicionais e trazendo novos conceitos à questão agrária. Foi “desse movimento crítico que se originou um movimento de agricultura alternativa, de agricultura orgânica, de agroecologia, que consagrou expressões como agrotóxico e emprestou sentido negativo a toda a agroquímica” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 108).

A agroecologia se apresenta como uma alternativa viável, pra não dizer necessária. Com efeito, os sistemas agroecológicos quebram com a lógica de concentração de terra e monocultura típica do sistema de capital que tantas mazelas sociais e ambientais vem causando. No mesmo passo que possibilita uma rotatividade maior do solo, a conservação de espécies nativas, o não uso de agrotóxicos, permite também a fixação do agricultor à terra e a geração de renda familiar. Conforme a Via Campesina, há uma relação intrínseca entre os conceitos de reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, e só seria possível pensar em um novo rural, pautado em novos valores, por meio da incorporação dessas práticas. Seria fundamental dar-se:

> Prioridade para uma produção de alimentos sadios, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno. É fundamental então manter a capacidade de produzir alimentos com base em um sistema de produção camponês diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais) para garantir a independência e a soberania alimentar das populações (VIA CAMPESINA, 2002, p. 08)

A luta por reforma agrária assenta-se como contra-hegemonia e resistência no campo e, em consequência, dá crédito à ideia de que é possível a sociedade reinventar-se. Seja pela mitigação da propriedade privada por meio dos assentamentos, pelas concepções de respeito ao meio ambiente através da agroecologia, ou pela refixação do homem ao campo, esses espaços sócio-culturais fazem parte de uma série de fatores que possibilitan resignificar a ideia usual sobre o rural e apontam para a possível gênese de uma sociedade diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade vive hoje um profundo processo de crise ecológica e social, provocado, em regra, pelo mesmo fator: o sistema capitalista, que tudo transforma em objeto de lucro, sejam as pessoas ou a natureza. Diante dessa realidade, vê-se a urgência da construção de uma nova práxis civilizatória de acordo com as necessidades vitais dos seres humanos e da natureza, não mais atrelada aos antigos vícios dessa sociedade que ruma ao suicídio e ecocídio. Mas como seria então esse novo modelo civilizatório? Alguns pontos essenciais parecem ser harmônicos: liberdade, democracia, preservação ambiental e justiça social seriam as pilastras mestras dessa vivência societária.

Todavia, é impossível a harmonização desses valores com o sistema de capital. Para isso, é necessário um rompimento de paradigmas e a emergência de um novo sistema econômico que privilegie o ser ao invés do ter. O ecossocialismo, teorizado no decorrer desta pesquisa, promete conjugar esse conjunto de exigências da sociedade contemporânea, ancorado no resgate de antigas concepções e na efetivação de anseios atuais. Proposto sistematicamente a pouco mais de vinte anos, busca, sobretudo, discutir a raiz da problemática ambiental, ao contrário de alguns movimentos ambientalistas que se abstêm de uma análise mais aprofundada das práticas sociais e éticas que levam ao desequilíbrio ecológico. Com efeito, seu método inovador de análise é destaque nesse processo. Ao passo que a interface ecológica do ecossocialismo não se restringe à discussão ambiental, a sua interface social também não limita o desenvolvimento humano ao produtivismo do socialismo real, trazendo com isso não apenas a proposta de um novo olhar sobre o meio ambiente, mas também

procurando inaugurar um novo modelo de sociedade, justa, igualitária e ambientalmente sustentável.

Do mesmo modo, identificar e pesquisar experiências concretas de uma nova vivência ecológico/social, em especial aquelas encontradas na América Latina emergindo de movimentos populares de luta pela terra e território poderão ajudar na crítica, propagação e construção de um modelo social ao mesmo tempo humanista, justo e que tenha na proteção ecológica uma de suas principais metas.

É o exemplo dos movimentos do campo ligados à Via Campesina que em suas práticas ensejam sementes do ecossocialismo. Movimentos como a Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, trazem em sua essência o questionamento da realidade posta. Desde a ocupação da terra, onde há um exercício contínuo da crítica política e democrática, aos passos já como assentados, entre eles a participação na associação, na cooperativa e o incentivo à produção agroecológica, há indícios claros que é possível construir uma outra realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. **Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BEER, M. **História do socialismo e das lutas sociais.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BORON, A. A. **O socialismo no século 21.** Há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 10, p.312-347, dez. 2003.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a desigualdade social:** o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIEGUES, A. C. **O Mito da Natureza Intocada.** 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** 2 ed. Rio de Janeiro**: C**ivilização Brasileira, 2010.

GALEANO, E. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso.** Porto Alegre: L&PM, 2011 a.

_____. **Quatro frases que fazem o nariz do Pinóquio crescer.** Montevideo, maio de 2011b. Disponível em: < http://www.brasildefato.com.br/node/6348 > Acesso em: 10 jul. 201

GARCIA, A. **A Sociologia Rural no Brasil**: entre escravos do passado e parceiros do futuro. Porto Alegre: Sociologias, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo:** Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**, Porto alegre: L&PM, 2011.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Vozes, 2009.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo.** Cortez: São Paulo, 2005.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

O'CONNOR, J. **Natural Causes**: Essays in Ecological Marxism, New York: The Guilford Press, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**: Os porquês da desordem mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

RODRIGUES, A. M. Manejo integrado, risco e vulnerabilidade social. Evitar tragédias, corrigir problemas? In: LEMOS, A. I., G.; ROSS, J. L. S.; LUCHIARI, A. (Org.) **América Latina:** sociedade e meio ambiente. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipacão social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa:** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas- 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 170

TEIXEIRA COELHO**. O que é utopia.** 2 ed. São Paulo: Editora Brasileira. Coleção Primeiros Passos, 1981.

VÁZQUEZ, A. S. **O valor do socialismo.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

DA OCUPAÇÃO À EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA: ASPECTOS DE UMA ECOLOGIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA, APODI, RIO GRANDE DO NORTE

JOÃO PAULO DO VALE DE MEDEIROS[3], DR. DANIEL DURANTE PEREIRA ALVES[4] DRª ELIZA MARIA XAVIER FREIRE[5]

ESTE ARTIGO SERÁ SUBMETIDO AO PERIÓDICO REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE E, PORTANTO, ESTÁ FORMATADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DESTA REVISTA (http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines)

RESUMO: O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, com ampla importância ao mercado externo e busca de elevadas taxas de crescimento, vem moldando suas políticas públicas e as estratégias de geração de emprego e renda. No meio rural, o seu *modus operandi* é o agronegócio. As consequências desse modelo são bem contraditórias: ao passo que permite ao país saltos econômicos na sua balança comercial, acarreta sérios problemas sócio-ambientais como o êxodo rural, o desemprego e a devastação do meio ambiente. Na outra margem desse processo, capitaneado, especialmente, pelos movimentos campesinos, há a luta pela reforma agrária. Pressionando o Estado das mais diversas formas, entre derrotas e vitórias, a democratização do acesso à terra tem levado à diminuição dos índices de pobreza e desigualdades sociais, além de uma crescente preocupação ambiental. Nesse artigo trataremos da luta pela reforma agrária impulsionada pelos movimentos sociais como contraponto ao capitalismo agrário e em busca da justiça sócio-ambiental. Para tanto, por meio de entrevistas semi-estruturadas, pesquisas bibliográficas e visitas de campo estudaremos a experiência do Assentamento Moacir Lucena, em Apodi, Rio Grande do Norte.

PALAVRAS-CHAVE: Concentração fundiária. Agronegócio. Movimentos Sociais. Reforma Agrária. Justiça sócio-ambiental.

FROM OCUPATION AT THE AGROECOLOGY EXPERIENCE: SIDES OF SOCIAL ECOLOGY IN THE MOACIR LUCENA'S SETTLEMENT, IN THE APODI CITY, RIO GRANDE DO NORTE STATE.

ABSTRACT: The development model adopted in Brazilian's state, with a huge importance to foreign market and wants higher rates of grow, have been shaping the public polices and the employment and income strategies. The *modus operandi* at rural middle is agribusiness. The consequences of this model are contradictory: allows bigger jumps in the country's balance of trade, however brings serious social-environments' troubles like rural exodus, unemployment and devastation of the nature. In other hand, the peasant's movements, particularly, are leading the struggle for agrarian reform. Increasing the pressure against the state with many ways, between losses and wins, a democratic form to get the land have been decreasing the poverty indexes and social inequality, accompanied to an increasing concern about the environment. In this paper we will study about the struggle for agrarian reform taking by social moviments searching social-ecology justice against the agrarian capitalism. To make this study, it was done half estruture interviwes, bibliografic research and visities in the space of settlement called Moacir Lucena, in the Apodi city, Rio Grande do Norte state.

Keywords: Land concentration, agribusiness, social movements, agrarian reform, social-ecology justice.

[3] Aluno do mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN)– jpvaledemedeiros@hotmail.com

[4] Professor orientador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN)- durante@ufrn.net

[5] Professora orientadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFRN)- elizajuju@ufrnet.br

DA OCUPAÇÃO À EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA: ASPECTOS DE UMA ECOLOGIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA, APODI, RIO GRANDE DO NORTE

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, com ampla importância ao mercado externo e busca de elevadas taxas de crescimento, vem moldando suas políticas públicas e as estratégias de geração de emprego e renda. No meio rural, o seu *modus operandi* é o agronegócio. Junção harmoniosa do capital com a concentração fundiária, a política agrária brasileira tem se inclinado cada vez mais para a produção de *commodities* em larga escala com destino a exportação, por meio do uso intensivo de defensivos agrícolas e em detrimento do modo de vida camponês. As consequências desse modelo são bem contraditórias: ao passo que permite ao país saltos econômicos na sua balança comercial, acarreta sérios problemas sócio-ambientais como o êxodo rural, o desemprego e a devastação do meio ambiente.

Na outra margem desse processo, capitaneado, especialmente, pelos movimentos campesinos, há a luta pela reforma agrária. Pressionando o Estado das mais diversas formas, entre derrotas e vitórias, a democratização do acesso à terra tem levado à diminuição dos índices de pobreza e desigualdades sociais, além de uma crescente preocupação ambiental.

Nesse artigo trataremos da luta pela reforma agrária impulsionada pelos movimentos sociais como contraponto ao capitalismo agrário e em busca da justiça sócio-ambiental. Usaremos pra isso a experiência do Assentamento Moacir Lucena. Incrustado em pleno sertão nordestino e fruto de uma ocupação organizada pelos antigos trabalhadores, a comunidade passou por um processo de politização intenso em sua formação. A experiência inicial por meio da ocupação refletiu nos passos seguintes tomados pela comunidade que hoje conta com uma associação, órgão politico onde as decisões são tomadas de forma coletiva; acesso a duas cooperativas, que democratizam a produção e facilitam o escoamento da mercadoria ao eliminar a figura do atravessador, além de trazer a ideia de cooperação e comunhão; e um consolidado modelo de produção agroecológica e convivência com o semi-árido, por meio do qual passou a ter outra relação com o meio ambiente.

Para tanto, iniciaremos trazendo um esboço da política agrária brasileira, fazendo sua relação com o avanço do capitalismo no meio rural. Em contraponto a essa realidade,

trataremos a respeito da reforma agrária, de como ela pode servir de antagonismo aos efeitos da concentração fundiária, apontando inclusive seu papel na preservação do meio ambiente.

Em continuidade, discutiremos a respeito do papel dos movimentos sociais na efetivação da reforma agrária, em especial a Comissão Pastoral da Terra. Por fim, traremos à pesquisa a realidade do assentamento Moacir Lucena, seu histórico de lutas, a influência da Comissão Pastoral da Terra, e como hoje ele se apresenta como uma vivência diferenciada e contra-hegemônica de rural.

1 CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO

O Estado brasileiro é uma das nações mais desiguais do mundo. Segundo o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD, em seu relatório de 2011, o Brasil apesar de ser a sexta economia do globo ocupa a 84º posição no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A sua má distribuição da riqueza é reflexo de seu processo de constituição enquanto nação, marcadamente excludente e sob os ditames de um capitalismo que se consolidava. Um dos fatores que mais contribuiu pra as disparidades sociais brasileiras foi a vertiginosa concentração fundiária. Desde a divisão em capitanias hereditárias, passando pelo regime de sesmarias, até os dias atuais, a caraterística agrária do país é de profundas desigualdades no que se refere à distribuição de terras. Segundo Marés (2002, p.57) a ação de impedir que a massa da população tivesse acesso à terra tinha como objetivo não apenas o desejo individual de apropriar pra si os valores da natureza e usar a propriedade como moeda de troca e especulação, mas também o intento de formar um grande excedente de mão de obra barata.

A constituição do capitalismo enquanto sistema econômico hegemônico trouxe ainda graves consequências também aos ecossistemas. Sua lógica guiada pela maximização do lucro e do excedente de capital a curto prazo (LEFF, 2009, p. 215) tornaram-se inconciliáveis com a sustentabilidade ambiental. E a concentração de terras, enquanto imperativos da lógica capitalista, consegue ser ao mesmo tempo danosa à população e ao meio ambiente. Os bolsões de miséria nos grandes centros urbanos, assim como a violência no campo e os danos irreparáveis ao meio ambiente tem uma origem comum: o êxodo rural provocado por nossa política de cercamento.

Os Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA mostram que as grandes propriedades ainda ocupam a maioria do território brasileiro. Segundo a tabela

abaixo, não obstante as grandes glebas acima de 500 hectares corresponderem a 3,2% da quantidade de propriedades no Brasil, elas correspondem a 62,2% do total da estrutura fundiária do país.

Tabela 01 – Estrutura fundiária brasileira - 2009

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
TOTAL	**5.181.645**	**100,0**	**571.740.919**	**100,0**	**110,3**

Fonte: INCRA, 2009 apud Relatório NEAD (2011)

Esse perfil torna o Brasil possuidor de um dos piores índices de Gini da América Latina. Segundo essa unidade de análise, que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de seu teto maior a concentração fundiária, e quando mais perto de zero mais justa é a distribuição do território. De acordo com o IBGE em seu último senso agropecuário (2006), o Gini brasileiro está na casa de 0,854 perdendo, na América Latina, apenas para países como Bahamas e Paraguai.

Não custa repetir que há uma relação intrínseca entre a má distribuição de terras e o problema da exclusão social, e que seus reflexos escapam do meio rural e irradiam até os centros urbanos, provocando efeitos sócio-ambientais avassaladores,

> Em todos os países do mundo que não fizeram reforma agrária persiste um grave problema agrário que afeta toda a sociedade, representado pela manutenção da grande propriedade latifundiária e pela alta concentração da propriedade da terra nas mãos de uma minoria. Esse problema é a causa dos elevados índices de pobreza, da enorme desigualdade social, das péssimas condições de vida da população no meio rural, do subdesenvolvimento crônico e dependente da economia e da falta de perspectiva para os trabalhadores em geral. (VIA CAMPESINA, 2002, p.25)

Por meio do índice de Gini é possível realizarmos o seguinte comparativo que nos permite ter uma noção dos impactos causados pelo latifúndio nos espaços humanos,

> Entre os Estados brasileiros – e aí veremos como o rural é uma "dimensão" que consegue dar conta de nossas diferenças regionais melhor que o "urbano" – qual apresenta o maior Índice de Gini fundiário? Alagoas = 0,871. Qual o menor IDH do Brasil? Alagoas = 0,677. Qual o menor Índice de Gini relativo à concentração de terras? Santa Catarina = 682. Qual o maior IDH do Brasil (descontada a Ilha da Fantasia chamada Brasília)? Santa Catarina = 0,840. Impressiona, nessa comparação, a proporcionalidade das inversões. (LEPRI, 2011, p. 05)

Até meados da década de 70 a função das grandes propriedades, de uma forma geral, estava desvinculada da agricultura, resumindo seu uso à fonte de especulação. Todavia, as mudanças no contexto internacional advindas da "revolução verde" recolocaram a agricultura como função estratégica para a economia. Por meio de uma "modernização conservadora" industrializou-se as relações agrícolas, reprimarizou-se o mercado e ganharam fôlego e poder as velhas oligarquias rurais. Passado um período de leve recessão entre os anos 80 e 90, esse novo arranjo no meio rural se consolidou no início do novo século enquanto encarnação do capitalismo agrário e assumiu seu nome de batismo: agronegócio. Essa revalorização dada a agricultura pelo Estado, e também pelo mercado internacional, não teve como fato gerador a sua função estratégica de combate à fome ou de valorização das culturas tradicionais, mas o seu uso como mecanismo em voga de acumulação do capital.

Com a consolidação do agronegócio enquanto modelo rural hegemônico, adotado e incentivado pelo Estado brasileiro, o problema fundiário passa a não ser mais somente a terra ociosa. A entrada perigosa do capitalismo no mundo agrário tornou o latifúndio produtivo ainda mais danoso do que a ociosidade das grandes glebas de terra. Nitidamente dentro das premissas do capitalismo rural, o modelo do agronegócio "não foi desenvolvido levando em conta as necessidades sociais, nem as condições de conservação e produtividade dos ecossistesmas", mas surgiu como necessidade de atender aos interesses do mercado externo e suas empresas multinacionais, bem como aos anseios de uma burguesia nacional ávida de auferir lucros com esse padrão de agricultura que solidificava. (LEFF, 2009, p. 35).

Mançano Ferdandes, Welch e Gonçalves (2012, p. 24) afirmam que

> O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre à base do continuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaçueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. (...) O avanço do agronegócio pelo território brasileiro significa o monopólio do território pelo capital monopolista com a conivência do governo brasileiro, que mantém um modelo de desenvolvimento que favorece apenas ao capital em detrimento dos povos tradicionais e seus territórios.

Não obstante todas as mazelas que esse sistema carrega ele é o retrato fiel da política agrária brasileira. Conforme gráfico abaixo, os grandes empreendimentos agropecuários dominam o cenário nacional, em detrimento da propriedade familiar e camponesa,

Figura 01 – Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros

Fonte: IBGE, 2006, apud Relatório NEAD (2011)

Os estabelecimentos acima de 500 hectares correspondem a 55,6% do total de áreas cultivadas pela agricultura e pecuária. Visto assim, de maneira descontextualizada e sob a frieza da tabela, os números podem nos levar à confusão da "produtividade". Porém, é imperioso lembrar que o percurso histórico desse modelo foi construído a custo do extermínio da cultura indígena, sob o braço do trabalho escravo e hoje é tocado sob o suor da mão de obra barata e camponesa sem-terra. A mesma figura que um dia expulsou é hoje a que emprega.

Os danos ao meio ambiente são também flagrantes: derrubada de florestas, expansão das fronteiras agrícolas, mortandade de animais, poluição de rios e mananciais e uso indiscriminado de agrotóxicos. Não podemos olvidar que a superioridade de sua fecundidade e "os menores custos da produção da grande empresa são resultado de um processo de exploração do trabalho e da espoliação dos recursos (LEFF, 2009, p. 32). Além de que a sua produção não direcionada à gêneros alimentícios de primeira necessidade, mas a commodities destinados ao mercado externo.

Outra característica é que esse é um modelo químico-dependente. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, por meio de um trabalho interdisciplinar,

produziu um extenso e aprofundado dossiê para alertar a sociedade brasileira sobre os perigos causados pelo agrotóxico usados nas grandes plantações ao meio ambiente a à saúde humana.

Por meio de um resgate histórico, o documento afirma que esses compostos químicos foram utilizados de maneira mais sistemática nas primeiras décadas do século XX, especialmente nas duas grades guerras mundiais, com o objetivo de produzir armas químicas para dizimar os combatentes inimigos. Uma vez acabado esse período bélico os produtores procuraram dar outra destinação a essas armas químicas: eis que passam a ser usados na eliminação de pragas da agricultura, da pecuária e de doenças endêmicas transmitidas por vetores. (CARNEIRO ET AL, 2012, p. 48).

> Sabemos que a utilização desses produtos em sistemas abertos (meio ambiente) impossibilita qualquer medida efetiva de controle, mas isto também não é levado em consideração. Não há como enclausurar essas fontes de contaminação e proteger os compartimentos ambientais (água, solo, ar) e os ecossistemas. De forma difusa e indeterminada, os consumidores e os trabalhadores são expostos a esses venenos, uma vez que de modo geral estão presentes na alimentação da população e no ambiente de trabalho do agricultor. (CARNEIRO ET AL, 2012, p. 48).

Em 2008 o Brasil ultrapassou pela primeira vez os Estados Unidos e vem se sustentando na infeliz posição de maior mercado mundial de agrotóxicos. (CARNEIRO ET AL, 2012, p. 48). No quadro abaixo vemos uma linha do tempo onde se evidencia a crescente utilização desses biocidas em território brasileiro nos últimos anos.

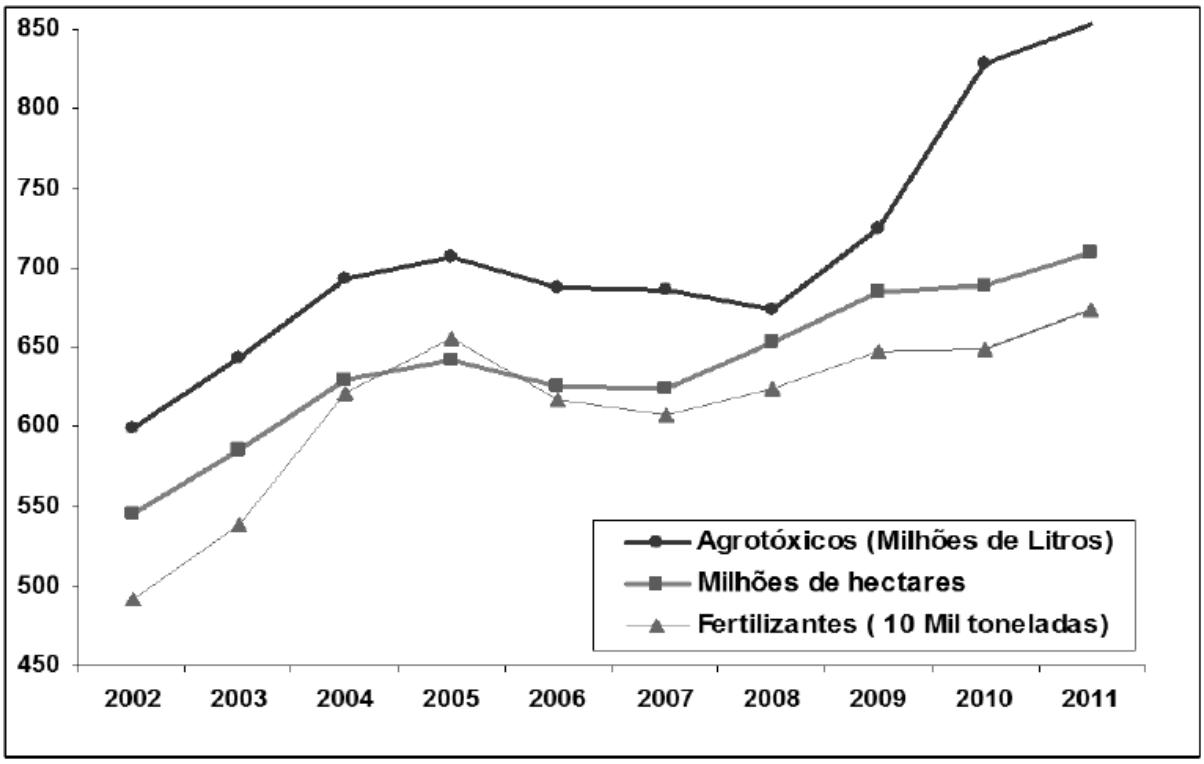
Tabela 02. Consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011.

BRASIL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Agrotóxicos										
(Milhões de L)	**599,5**	**643,5**	**693,0**	**706,2**	**687,5**	**686,4**	**673,9**	**725,0**	**827,8**	**852,8**
Fertilizantes										
(Milhões de Kg)	**4910**	**5380**	**6210**	**6550**	**6170**	**6070**	**6240**	**6470**	**6497**	**6743**

A prospecção é de agravamento. Uma vez que o modelo do agronegócio é extremamente dependente do uso desses venenos agrícolas, o crescimento da monocultura reflete, necessariamente, o aumento do uso desses biocidas**.** (CARNEIRO ET AL, 2012, p. 18). Já que segundo o Ministério da Cultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, conforme

uma projeção para 2020/2021, a produção de commodities deve aumentar em proporções de 55% para a soja, 56,46% para o milho, 45,8% para o açúcar, entre outros. (CARNEIRO ET AL, 2012, p. 22), teremos ainda mais toneladas de venenos derramadas sobre as plantações brasileiras nos próximos anos.

Figura 02 - Produção agrícola e consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras do Brasil, de 2002 a 2011.



Fonte: SINDAG, 2009 e 2011; ANDA, 2011; IBGE/SIDRA, 2012; MAPA, 2010 apud ABRASCO

Há, de fato, um conflito estrutural entre a economia e o meio ambiente que, na relação sistema capitalista-agronegócio x preservação ambiental, é mais flagrante e não há muitas perspectivas de harmonização. Isso sob o manto estatal e com o fim de produzir *commodities* para a exportação.

2 REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: REPENSAR O CAMPO PARA REPENSAR A SOCIEDADE

O parágrafo primeiro do art 1º do Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964 afirma:

> § Considera-se Reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de suas posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

O estatuto da terra nasceu em pleno pós-golpe militar, e tinha como objetivo acalmar os movimentos campesinos que se articulavam pelo país, em especial em torno das Ligas Camponesas. Porém, mesmo que em verdade esse não fosse o seu fim denuncia: a reforma agrária promove a justiça social e o aumento da produtividade de alimentos.

> Durante o século XX, diversos países realizaram programas de reforma agrária, que tinham como objetivo democratizar a grande propriedade latifundiária e garantir aos camponeses pobres o acesso à terra. De maneira geral, pode-se dizer que a experiência das reformas agrárias baseou-se em duas grandes motivações. Houve reformas agrárias capitalistas, que visavam, acima de tudo, criar mercado interno para o desenvolvimento nacional da indústria e transformar os camponeses sem terras em pequenos produtores autônomos. E houve reformas agrárias socialistas, que distribuíram terras aos camponeses, mas estiveram inseridas em processos mais profundos de mudança do modo de produção capitalista e, por isso, incluíram outros mecanismos como a coletivização do trabalho e dos meios de produção e a nacionalização da terra. (VIA CAMPESINA, 2002, p.24)

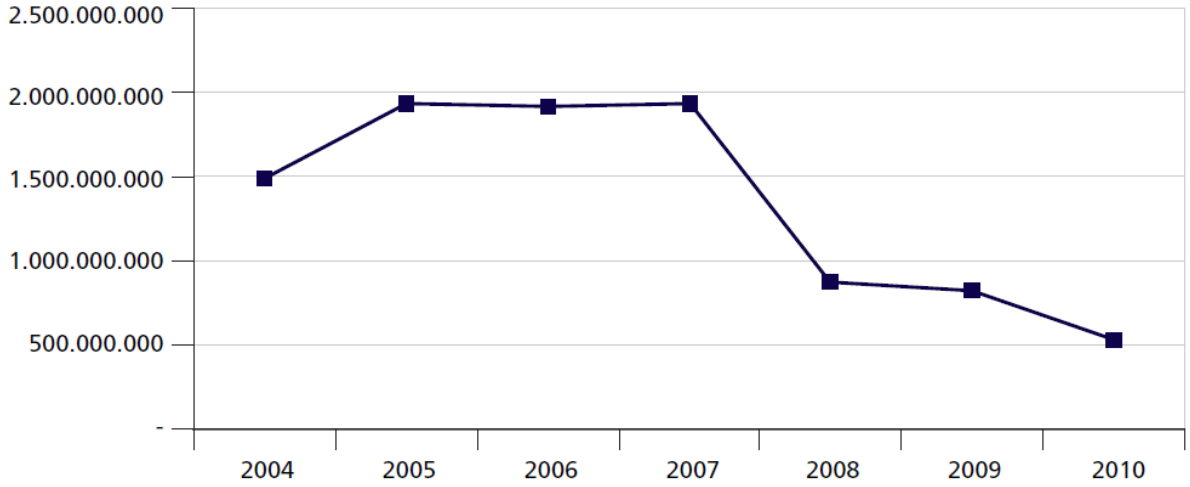
No Brasil, todavia, nem uma coisa nem outra, a reforma agrária não avançou seja por qual fosse sua inspiração ideológica. Devido a essa inércia estatal e aos elevados índices de desigualdades causados pela concentração fundiária a segunda metade do século XX "foi marcada pela emergência de novos conflitos no campo e sua articulação com debates públicos em torno da reforma agrária e do lugar da agricultura no processo de desenvolvimento nacional" (MEDEIROS, 2010, p. 113). Esses embates remontam suas motivações à Canudos, Contestado, às Ligas Camponesas, e vários outros movimentos que os antecederam e tiveram como epicentro a quase que improbabilidade de acesso à terra pela camada pobre da população.

Na verdade o papel da reforma agrária é crucial na política social de um país. No caso Brasil uma vez que o timão do Estado, desde sua formação, está sob o comando da classe dominante, hodiernamente, a agroindustrial-capitalista, não há interesse em tocar no problema da malha agrária. No legislativo essa realidade é bem transparente, um estudo de Miguel Carter, realizado entre os anos de 1995 e 2006, mostra a disparidade representativa no congresso nacional dos camponeses sem terra em relação aos grandes proprietários de terra. Segundo o estudo, nesse período havia apenas um deputado federal para cada grupo de 612 mil famílias sem terra, enquanto que os para os latifundiários havia um deputado para cada

236 famílias. Por esses números a representação do latifúndio era 2.587 vezes maior que a dos camponeses. (CARTER, 2010, p 63)

É incontroverso que a política de reforma agrária é fator primordial para a execução do modelo de agricultura familiar, este essencialmente diferente do modelo tradicional. Tal diferenciação não se da apenas em seu uso conceitual e terminológico, mas dentro do seio do próprio Estado eles são tradados de forma diversa, haja vista a existência de dois ministérios, o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, legitimado às causas do agronegócio e o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cuida dos interesses dos agricultores familiares. Porém não é apenas na distribuição de pastas governamentais que há uma diversidade de tratamento, mas também na importância que é destinada a cada uma. Enquanto que a "agricultura moderna" se consolida como menina dos olhos de ouro da política agrária nacional, os valores destinados à reforma agrária caem vertiginosamente. Vejamos o seguinte gráfico:

Figura 03 – Valor anual em reais destinado à reforma agrária (2004-2010)



Fonte: Ipea (2011)

Todavia, mesmo desprivilegiada, a pequena agricultura foi indicada como método de combate a miséria pela FAO, Agência das Nações Unidas Contra a Fome, em seu último relatório, do ano de 2011. Segundo o documento, "o crescimento agrícola, envolvendo pequenos agricultores, especialmente as mulheres, será mais eficaz na redução da pobreza extrema e da fome quando gera emprego para os pobres". A leitura do texto deixa claro que a produção de alimentos em pequena escala é o modelo agrícola mais indicado para o combate às desigualdades sociais.

Os dados da produção de gêneros alimentícios no Brasil vem corroborar com essa afirmação:

Tabela 03 – Distribuição da quantidade produzida de acordo com o modelo de agricultura - 2006

Tipo de produção/produto	Agricultura familiar	Agricultura não-familiar	Total
Produção Vegetal	**40,0**	**60,0**	**100,0**
Arroz em casca	33,9	66,1	100,0
Feijão preto	76,8	23,2	100,0
Feijão de cor	53,9	46,1	100,0
Feijão fradinho	83,8	16,2	100,0
Mandioca	86,7	13,3	100,0
Milho em grão	45,9	54,1	100,0
Soja	15,7	84,3	100,0
Trigo	21,2	78,8	100,0
Café arábico em grão (verde)	34,2	65,8	100,0
Café canephora em grão (verde)	55,0	45,0	100,0
Pecuária	**(1)**	**(1)**	**(1)**
Bovinos	30,3	69,7	100,0
Leite de vaca	58,1	41,9	100,0
Leite de cabra	67,1	32,9	100,0
Aves	50,0	50,0	100,0
Suínos	59,0	41,0	100,0

Fonte: IBGE, 2006, apud Relatório NEAD (2011)

Como podemos observar na tabela, a agricultura familiar é responsável pela produção da maioria dos gêneros alimentícios no país, como o feijão, a mandioca, o arroz e o leite, isso mesmo contando com menor espaço territorial e menos investimentos governamentais comparativamente ao agronegócio que tem sua produção concentrada nos gêneros destinados a exportação como o trigo e a soja.

Importante lembrar que a defesa do compartilhamento da terra não necessariamente assume uma postura ecológica, porém, a repartição do latifúndio traz consigo consequências não apenas sociais, mas também benesses sob a ótica ambiental. Não é que a modelo de agricultura camponês tenha sempre adotado práticas não degradantes ao meio ambiente. Todavia, atividades como a pluriatividade, não uso de defensivos agrícolas e convivência som o semi-árido são incompatíveis com o modelo do agronegócio monocultor-químico-dependente, e apenas vistas no modelo camponês.

A síntese do quadro é: as medidas de reforma agrária adotadas pelo Estado até o momento foram apenas mitigadoras, não representando ações firmes no sentido de

democratizar o acesso à terra (CARTER, 2010, p 60). Todavia, mesmo sem uma iniciativa governamental contundente, a agricultura familiar mostra sua importância no contexto nacional e a reforma agrária mantem-se como exigência ontológica de uma sociedade mais justa, uma vez que quase todos os países que apresentam um nível de igualdade significativo passaram por um processo substancial de distribuição de terras. (CARTER, 2010, p. 57). É nesse contexto que se consolida a importância dos movimentos sociais do campo, a sua luta pela reforma agrária assume uma roupagem dupla: ao passo questiona a inércia estatal e acredita que, ao limitar do latifúndio, impulsionará a justiça social e trará o homem de volta ao campo, incentiva, na mesma perspectiva, a preocupação ambiental. Trataremos a respeito logo em seguida.

3 MOVIMENTOS POPULARES COMO SUJEITOS COLETIVOS DE UM NOVO RURAL

Os movimentos sociais surgem como atores políticos essenciais no processo de construção e afirmação da justiça sócio-ambiental. Tais personagens aparecem como sujeitos coletivos de direito, "como símbolo maior e principalmente o mais significativo de um novo sujeito histórico, personagem nuclear da ordem pluralista, fundada em outro modelo de cultura político-jurídica" (WOLKMER, 2001, p. 120), questionando não apenas a inércia do Estado, mas a própria noção de participação popular democrática nos destinos da nação. Como lembra José Geraldo de Sousa Júnior (2008, p. 263-264),

> Na América Latina, o processo de redemocratização das últimas décadas esteve fortemente embasado na ação dos novos movimentos sociais, especialmente no México (movimento zapatista), na Argentina (movimento dos piqueteiros – desempregados), na Bolívia e Equador (movimentos indígenas) e na Venezuela (movimento de vizinhos, que se somou em 1990 aos círculos bolivarianos).

E complementa Wolkmer,

> [...] representada por grupos associativos e comunitários, como os movimentos dos "sem-terra" (rural e urbanos), dos negros, das mulheres, dos direitos humanos, dos ecólogos, dos pacifistas e dos religiosos (Comunidades Eclesiais de Base). O "novo" está no fato de se tratar de manifestações com capacidade de surgir "fora" da cena política institucional. Fundadas em razões que não só transcendem os estreitos interesses de produção e consumo, mas, sobretudo, compõem nova identidade coletiva, capaz de romper com a lógica do paradigma social dominante e se libertar das formas opressoras de manipulação e cooptação, criando alternativas

> implementadoras de práticas democráticas participativas (WOLKMER, 2001, p. 120).

A realidade de um sistema político sem espaço para participação popular, aliado aos altos índices de injustiça social, enquadram a existência dos movimentos sociais "quer como reivindicação de interesses compartilhados dentro de um esforço comum, quer como contestação da estrutura autoritária de poder e como participação na reordenação democrática da vida social" (WOLKMER, 2001, p. 125). Dessa forma, "a concretização dessas necessidades enquanto exigências existenciais, materiais e culturais constitui-se no cerne explicativo das finalidades dos movimentos sociais" (WOLKMER, 2001, p. 127)

Os movimentos populares irão funcionar como porta-voz das mais diversas demandas sociais, impulsionando uma dinâmica de mudança sob os anseios da base populacional. Quando se fala em reforma agrária isso é ainda mais claro. As ações dos movimentos do campo tem quebrado a inércia do Estado em implementar essa polícita pública e permitido que o tema permaneça sempre em pauta na agenda nacional.

Bernardo Mançano (2010, p. 162) lembra que a luta em favor da reforma agrária é compreendida por dois meios principais: primeiro a ocupação da terra, que se configura como a principal forma de combate ao latifúndio, uma vez que "gera o fato político, é um setor organizado da sociedade mobilizado em torno de sua causa, que, no caso, é a reforma agrária. E isso requer uma resposta política do governo" (MORISSAWA, 2008, p. 199); depois, as mais variadas mobilizações tendo como fim pressionar o Estado em busca de políticas públicas para o campo, como créditos, educação e etc.

Segundo Alier (2009, p. 334), os conflitos decorrentes da luta pelo acesso aos recursos e serviços ambientais possuem discursos em seu *front* que muitas vezes não assumem um caráter especificamente ecológico, todavia, carregam uma forte carga ambientalista. Foi o caso, por exemplo, de Chico Mendes. A sua convergência entre o ambientalismo e a defesa dos povos da floresta tinha, pelo menos em seu início, uma essência bem mais antropocêntrica, talvez até por sua influência socialista. Porém, por meio de uma dinâmica natural seu combate passou a ser ao mesmo tempo "social e ecológico, local e planetário, 'vermelho' e 'verde'" (LÖWY, 2005, p.13).

É nesse sentido que segue a nossa linha de raciocínio. Devido aos fortes laços que unem os aspectos econômicos/sociais e ambientais, os fatos sociais que abordam uma dessas perspectivas são influenciadoras das demais. A ligação da economia com o meio ambiente, em especial a relação entre a devastação do meio ambiente com a ideia de produtividade e

acumulação de capital do modo de produção capitalista denuncia essa realidade e dada a importância da questão fundiária nos alicerces sociais do país, não há como se pensar um Brasil mais justo e ambientalmente sustentável sem uma ruptura radical em sua estrutura agrária.

Quem melhor tem teorizado essa problemática é o ecossocialismo, teoria que teve suas discussões avolumadas principalmente por volta da década de 90 e tem ganhado corpo com os movimentos de justiça ambiental.

Segundo seus principais teóricos, James O'Connor, Michael Lowy, Enrique Leff, Juan Martinez Allier, entre outros, já que o que "está em crise não é apenas o modelo de desenvolvimento, mas principalmente o modelo de sociedade que impera no mundo", (BOFF, 2008, p. 40) somente com a construção de outro paradigma de civilização, não o reformismo do atual, que seria possível, de fato, uma verdadeira sustentabilidade ambiental.

Conforme Enrique Leff (2009, p. 30), não é tão só a pobreza crítica e desigualdades sociais que vem de reboque com o modelo capitalista de produção, mas transparecem também as limitações ecológicas incapazes de se sustentar sob o ritmo de exploração que gera a acumulação de capital. O ecossocialismo, a seu turno, promete repensar a relação intrínseca do homem com o meio ambiente sob outra ótica que não a dinâmica dos meios de produção capitalista e sua necessidade de acumulação do capital através da exploração dos recursos naturais.

Continua Lowy (2005, p. 42):

> O socialismo e a ecologia – ou pelo menos algumas das suas correntes – têm objetivos comuns, que implicam questionar a autonomização da economia, do reino da quantificação, da produção como um objetivo em si mesmo, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e às necessidades da acumulação do capital. Ambos pedem valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para uns, a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico para outros. Ambos concebem a economia como 'inserida' no meio ambiente: social para uns, natural para outros.

Além das ideias sínteses do ecossocialismo, quais sejam: a forte preocupação com a justiça social – sob o enfoque marxista – e, portanto, crítico ao modelo capitalista e a necessidade de assumir valores ambientais, James O'Connor insere também a gestão democrática de valores (1998, p. 278). Há de maneira clara por parte do pesquisador a preocupação de que esse novo tipo de sociedade não seja confundido com modelos autoritários que, em sua forma inicial, tiveram justificativas marxistas.

A luta por reforma agrária encabeçada pelos movimentos sociais está dentro desse imbricado contexto de teorias e práticas emancipatórias. E é a partir dela que emerge um novo rural, marcadamente influenciada por ideias críticas ao sistema atual e apontando caminhos que passam pela ressignificação da terra enquanto bem essencial e da coletividade.

Um dos agentes que desempenham esse papel é Via Campesina, "movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa" (VIA CAMPESINA, 2002, p. 5), é como ela se auto-define.

Convergindo movimentos do campo de todo o mundo, a Via Campesina traçou ao longo de sua existência princípios norteadores de suas práticas que dentro da sua heterogeneidade são seguidos pelas entidades que a compõe: soberania alimentar e comércio internacional; Luta pela reforma agrária e mudanças no campo; Gênero, direitos humanos; Agricultura camponesa sustentável; Biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos (VIA CAMPESINA, 2002, p. 7). No Brasil os principais integrantes da Via Campesina são o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens e a Comissão Pastoral da terra. É sobre essa última que nos deteremos agora.

4 COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: ENTRE A BÍBLIA E A ENXADA

Os anos que entremeiam as décadas de 60 e 80 foram marcados como um dos períodos de maior ebulição no seio da Igreja Católica nos dois últimos séculos. Processo iniciado pela efervescência das mudanças oriundas do Concílio Vaticano II (1962-1965), divisor de águas na dogmática apostólica romana, teve como continuidade, na América Latina, os encontros de Medellín na Colômbia, em 1968 e em Puebla no México, no ano de 1979. Tais encontros deram uma interpretação Latino-americana ao concílio ecumênico e, para a surpresa da parte mais conservadora do clero, consolidaram uma demarcação político-cristã que há algum tempo vinha se formando, a "opção preferencial pelos pobres".

Nessa mesma época nascia a Teologia da Libertação, influenciadora dos encontros de Medellín e Puebla, e de lá saindo fortalecida, reinventou o exercício da fé cristã ao fazer uma releitura das sagradas escrituras na perspectiva dos oprimidos, condenando o capitalismo ao considerá-lo um sistema anti-humano e anticristão (MORISSAWA, 2008, p.123)

Segundo Leonardo Boff (2008, p. 161), um de seus expoentes,

> A teologia da libertação representa a reflexão daqueles setores das igrejas que assumiram as lutas populares visando a transformações sociais que possibilitassem a satisfação das necessidades básicas e, com isso, a realização dos direitos humanos fundamentais.

A TL assumiu características inovadoras para o que até então se entendia por cristianismo ao usar a fé religiosa e a bíblia de apoio à uma opção política socialista (MENEZES NETO, 2012, p. 41) buscando "a síntese, e não apenas uma aproximação, do cristianismo e do socialismo" (MENEZES NETO, 2012, p. 39). Tal possibilidade de diálogo entre a perspectiva marxista e cristã de sociedade caracterizou a TL, além de ter sido, também, o fator que lhe trouxe mais opositores no clero e nos diversos setores conservadores da sociedade.

Essa aproximação foi fator determinante na conscientização política de milhares de pessoas em todo o país. As comunidades eclesiais de base, por exemplo, foram a materialização da Teologia da Libertação no meio popular em seus passos iniciais,

> As Cebs são grupos formados por cristão que, inspirados na leitura comunitária da Bíblia, atuam na realidade de sua vida através da organização de diferentes formas de organização, junto com a promoção de iniciativas de trabalho cooperativo e a criação de frentes populares que visam conquistar transformações estruturais. É através desse trabalho de organização e conscientização popular que, aos poucos, a questão da terra retornará como questão política. [...] (POLETTO, 2010, p. 141)

Assim, por meio da fé, passou-se a debater e criticar a economia de mercado e buscar alternativas. Segundo Boff (1994, p.215), "nas Cebs ensaia-se um novo tipo de sociedade. É a parir de dentro dela que se procura superar as relações injustas que dominam na grande sociedade". Essa nova expressão eclesial se multiplicou em células por todo o país.

É pela importância desse fenômeno inédito de aproximação entre as concepções marxistas e cristãs que "a análise da Teologia da Libertação torna-se um elemento fundamental para o entendimento de diversas lutas sociais ocorridas na América Latina nas últimas décadas, principalmente nas organizações dos trabalhadores do campo. (MENEZES NETO, 2012, p. 40).

A teologia da libertação,

> Influenciou movimentos revolucionários, como na Nicarágua Sandinista, levantes populares, como o Zapatista no México, e contribuiu enormemente para a reorganização popular no Brasil, no período pós-ditadura militar, através da formação de lideranças e organização das pastorais sociais. (MENEZES NETO, 2012, p. 40).

Assumindo a perspectiva histórica marxista, no seu evoluir essa teologia incorporou demandas que não tinham sido contempladas em seu início, como a questão negra, multireligiosa, da mulher e ambiental.

A Comissão Pastoral da Terra nasce em meio a essa grande efervescência no seio da Igreja Católica, e "é por isso que ao se falar na criação da CPT, nos anos 1974 e 1975, precisamos ter presente toda essa fermentação que vem de baixo e das margens das instituições eclesiásticas" (POLETTO, 2010, p. 141), a parir da religiosidade popular com fortes características contestadoras do sistema e da própria hierarquia clerical.

A partir do contato com as camadas pobres da população, principalmente a campesina, os religiosos e religiosas começarem a se sensibilizar diante dos problemas da terra, ou melhor, da falta dela. Em razão disso a CPT enxergou na luta pela terra um exercício legítimo e necessário de cidadania e emancipação, "o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem" (STEDILE; MANÇANO FERNANDES, 1999, p.20). E dessa necessidade, por influência da CPT, surge um dos movimentos sociais mais importantes do mundo que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.

Com o tempo a CPT percebeu que o problema do camponês não se limitava a dificuldade de acesso à terra, mas tinha também como grande entrave a falta de incentivos por parte do poder público para que ele pudesse permanecer no campo, tornando-o produtivo.

Ivo Poletto (2010, p. 154) afirma que

> A agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no Brasil e por uma parte importante da exportação agropecuária, não contava com reconhecimento ou apoio governamental. Tampouco se sentia segura na construção de alternativas de produção e comercialização adequadas a ela. Além disso, a sua organização era muito precária. Nos sindicatos de trabalhadores rurais não encontravam apoio para as suas necessidades, enquanto as cooperativas era poucas e, na maior parte dos casos, mal conduzidas. Em resumo, ia tomando consciência de sua importância, mas não conseguia avançar na conquista de seu reconhecimento público. A entrada da CPT se deu pelo lado dos mais fragilizados entre os agricultores familiares e andou no caminho da construção coletiva de alternativas de produção e comercialização, tendo como objetivo a criação de estímulos e condições que motivassem sua permanência na terra.

Hoje a Comissão Pastoral da Terra conta com 37 anos de existência, um extenso histórico de lutas populares e papel de grande relevância na autoafirmação do homem do

campo enquanto sujeito histórico, trabalhando junto aos “posseiros; os atingidos por barragens; os sem-terra; os agricultores familiares; os boias-frias e trabalhadores escravos; ações em favor da ecologia e direitos humanos” (POLETTO, 2010, p. 141). Teve também função estratégica na história do Assentamento Moacir Lucena, o qual nos dedicaremos nesse momento.

5 ASSENTAMENTO MOACIR LUCENA

Era dia 13 de agosto de 1996, o relógio batia por volta das 02:00 horas da manhã. No sertão, ao contrário do calor escaldante da parte matutina, esse horário traz consigo um frescor noturno. Como é de costume, para não chamar atenção, o procedimento foi realizado na madrugada, apenas sob o vigio da lua. Primeiro entraram as lonas, depois o material de cozinha: panelas, alimentação. E por último os trabalhadores da antiga Fazenda Boca da Mata. Nascia aí aquele que futuramente seria o Assentamento Moacir Lucena, na zona Rural da Cidade de Apodi, Rio Grande do Norte.

Porém, antes de adentrarmos nos detalhes referentes à Comunidade Moacir Lucena, é importante para melhor entendimento que contextualizemos um pouco da realidade sócio-agrária da região de Apodi-RN, onde ele está localizado. O município de Apodi se insere na microrregião da Chapada do Apodi, na Zona Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, distante a 375 km da capital Natal. Sua área territorial é de 1.602,480 km2. Segundo dados do IBGE, (CENSO 2010), sua população é de 34.743 habitantes, dentre os quais, cerca de 50% residem no meio rural. Esse dado é importante para entendermos a diferenciação de Apodi frente a outros municípios do nordeste, marcadamente urbanos. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Francisco Edilson Neto, comenta sobre essa acentuada povoação na zona rural:

> 50% mora no campo, sem contar com o pessoal que é trabalhador rural e mora na cidade. Hoje já tem aproximadamente mais de 50% das famílias que trabalham no campo, que moram na cidade mas que trabalham no campo, na questão da agricultura.

Não é apenas o balanceamento populacional entre o campo e a cidade que chama a atenção. A região apresenta também uma exemplar distribuição agrária, onde prevalecem as pequenas propriedades familiares. O Presidente do STTR, indagado sobre a configuração agrária do município e possível existência de grandes glebas afirma existirem “mais pequenas

propriedades, na verdade, hoje, se você pegar a chapada eu acho que não tem mais de dez médias propriedades".

Essa estrutura fundiária do município de Apodi teve origem em um período de grande efervescência dos movimentos do campo nas décadas de 80 e 90. Por meio de vários atos, entre eles ocupações de terra, foi impulsionado na região um acentuado processo de reforma agrária, que a levou a ser hoje destaque na distribuição agrária do nordeste brasileiro. Tal fato contribuiu para a criação das cerca de 70 associações comunitárias de área de assentamento da região.

Outra característica importante da região é a grande quantidade de comunidades que passam por um processo de transição agroecológica. Abandonando velhas práticas degradantes ao meio ambiente como queimadas e uso de defensivos agrícolas, esses agrupamentos optaram por uma nova relação entre o homem e a terra, como, por exemplo, o manejo da caatinga. O presidente do STTR, se referindo a essas práticas e também à grande oposição do capital comenta:

> E na verdade, aqui se consolidou o manejo da Caatinga, inclusive com uma experiência muito exitosa. Que nem eu disse no início, o trabalhador rural de Apodi recebe visita do banco mundial, de todo o mundo querendo ver essa questão da agricultura, por isso que a gente entende, né...[*sic*] Devido ter essas experiência bastante positiva na agricultura camponesa não e a toa que o grande capital quer vir pra cá pra destruir tudo isso, que é uma luz em todo o Nordeste, no Brasil, da agricultura familiar. É dito muito pelo capital que a agricultura familiar não planta nada, não produz nada. Aí, portanto, a gente não têm dúvida que é mais uma estratégia do grande capital destruir tudo que se tem, por que Apodi, no Nordeste é uma experiência bastante importante.

É nessa realidade, diferente em relação à hegemonia agrária brasileira, que a comunidade de Moacir Lucena está inserida. Assim como outras da localidade, o P.A. Moacir Lucena teve sua origem em um sólido processo de luta campesina pelo acesso à terra, no seu caso, encampado pelos trabalhadores da antiga Fazenda Boca da Mata, localizada onde hoje é o assentamento. Cansados da exploração oriunda do trabalho degradante imposto pelos herdeiros do latifundiário, então administradores da fazenda, resolveram, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ocupar o latifúndio e com isso pressionar o governo pela desapropriação da área.

José Holanda de Moraes, antigo trabalhador da fazenda e hoje morador do assentamento conta um pouco da antiga realidade de "meeiro" na Fazenda Boca da Mata:

> Trabalhava no sistema de meeiro. E de toda essa produção 50% era para o dono da terra, 50% ficava para o plantador, mas quando ia para a caderneta né..da maldita ou bendita budega, 40% ainda ficava. Resumindo tudo, 90% ficava pro patrão e 10% ficava por que era obrigado a ficar, era p milho e o feijão da gente consumir no período de verão.

Esse sistema, resquício do Brasil colonial e com fortes características de trabalho análogo ao de escravidão, faz do trabalhador um prisioneiro à propriedade, não permitindo, apesar de todo seu trabalho, que aufira qualquer lucro. Do valor produzido, metade vai imediatamente para o dono da terra pelo simples fato de ser o dono da propriedade. A outra metade, antes de chegar ao bolso do trabalhador, tem grande parte descontada na "bodega", que também é do patrão. No fim, não raras vezes, o camponês sai como devedor.

Os trabalhadores moravam na própria fazenda em condições sub-humanas. Ausentes de sistema de água, esgoto, energia elétrica, nem banheiros residenciais. Conta José de Holanda:

> Morava num sistema precário né, numa casinha de taipa que a gente chama de casinha de barro. Que só tinha o telhado de telha, mas se a gente queria usufruir de um alpendrezinho a noite eram quatro forquilha, dois varão de pau e coberto por rama.

Dessa realidade enquanto oprimido surge a indignação. O momento também era bastante propício, havia vários focos de luta campesina na região. Surgiu então a ideia de lutar pela desapropriação da área para fins de reforma agrária, conforme relata José Holanda:

> De tanto sofrimento a gente chegou o momento de dizer que se era pra perder a vida, então que perca a vida lutando, se a gente tinha a fonte, o alimento pra viver da terra então era pra lutar pela terra. Foi então que surgiu em Apodi, chapada, as ocupações de terras, para reforma agrária. Já tinha o começo que tinha sido Aurora da Serra, recentemente, e a gente procurou o sindicato a Comissão Pastoral da Terra-CPT, pra gente ver quais os caminhos que a gente precisava trilhar pra ocupar essa terra e ser realmente dono dela.

Continua José Holanda, a respeito das articulações entre os agricultores, a CPT e o STTR:

> Jogaram claro, perguntaram se a gente estava realmente disposto a lutar por essa terra né, poderia chegar um momento em que essa ocupação se tornasse um conflito né, e aí ter desavença, ameaça de morte, o pessoal disse que estava disposto, disposto mesmo a trabalhar nessa briga. E foi quando a gente viu através da orientação da CPT, como do sindicato que esse grupo

> deveria ser formado por pessoas que realmente queriam essa terra pra trabalhar, pra arrancar dela o sustento.

A luta pela terra é, pois, uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração e a ocupação é o meio mais eficaz que os trabalhadores sem-terra dispõem pela emancipação. Ela é, portanto, a materialização da luta de classes. A reforma agrária, porém, não se resume à metodologia da distribuição de terra. O acesso ao território por parte dos camponeses é também uma forma de garantia e valorização de sua cultura, da autonomia de seus sujeitos e de uma nova visão da preservação dos recursos naturais. (VIA CAMPESINA, p.26)

A ocupação da Fazenda Boca da Mata tem sua origem nas profundas desigualdades sociais que se iniciam na concentração fundiária. Homens e mulheres vivendo em condições análogas às de escravo que, muito provavelmente, tiveram também seus pais sob a mesma situação, decidem enfrentar a inércia do Estado e correr o risco de conseguir inaugurar em suas vidas a libertação, até então inexistente.

O papel da CPT na luta por emancipação dos agricultores foi estratégico e de extrema relevância. Com a experiência acumulada de outras lutas, seu auxilio partiu desde as estratégias para a ocupação até o intermédio entre os camponeses e os órgãos governamentais. Afirma Jose Holanda:

> Muito importante, porque? Por que prestou uma assistência desde a ocupação né, tanto uma assistência, acho que naquele tempo não era o papel dela, mas o papel jurídico de ficar negociando com o INCRA, pressionando o INCRA, procurando saber das novidades, quando era que a equipe vinha fazer o cadastro. Depois do cadastro feito agora vamos lutar pela questão do crédito de habitação, inicialmente o fomento a alimentação.

A Comissão Pastoral da Terra iniciou os seus trabalhos no Rio Grande do Norte em torno de 1988, exatamente na região oeste, na Diocese de Mossoró, e uma das primeiras áreas a ser acompanhadas foram as comunidades de Apodi. De início a atenção foi destinada aos pequenos agricultores. Todavia, devido ao grande passivo fundiário na região a atenção da CPT voltou-se também às famílias sem-terra.

Conforme relata Antônio Nilton Bezerra Júnior, membro da CPT e que acompanhou todo o histórico na região:

> É a partir daí que iniciamos um debate sobre a necessidade de lutar por terra para essas famílias. Com isso iniciamos um processo de articulação de grupos de sem terra no intuito de lutar pela Reforma Agrária. Desse trabalho

> surge a ocupação da Fazenda Aurora da Serra nos anos 90. Essa luta resulta na desapropriação da Fazenda e criação do Projeto de Assentamento Aurora da Serra. Em seguida outros grupos de sem terra foram se articulando e novas ocupações surgindo.

Especificamente sobre o P.A. Moacir Lucena:

> Nesse trabalho de apoio a luta pela terra foram surgindo vários grupos. Entre eles os antigos moradores da Fazenda Boca da Mata que despertaram para a necessidade da conquista da terra. As famílias de moradores, quase todos da mesma família, procuraram o STTR Apodi e a CPT para discutir a questão. Diziam que já estavam cansados de pagar a "meia" aos proprietários da fazenda e queriam partir prá luta. Daí discutimos com elas colocando como se dava o processo etc.

Continua:

> O nosso trabalho além de contribuir para animar e fortalecer as famílias na luta pela terra era também de intermediar junto ao INCRA no sentido do mesmo encaminhar o processo de desapropriação da fazenda. Com a desapropriação e imissão da posse passamos a trabalhar junto as famílias a sua organização, na aplicação dos créditos de implantação (Alimentação, fomento e habitação). O Projeto de Assentamento Moacir Lucena foi o primeiro em Apodi a construir, as próprias famílias, suas casas. Isso resultou que as casas da agrovila do PA Moacir Lucena tenha sido uma das melhores em Assentamentos da região.

Pois bem, logo após a ocupação iniciaram-se as negociações entre os agricultores, os herdeiros do proprietário e o INCRA. O período que se estendeu até a imissão de posse foi marcado por muita tensão e várias ameaças por parte dos herdeiros do dono da fazenda. Até que em dia 14 de agosto de 1998 a Fazenda Boca da Mata foi reconhecida para fins de Reforma Agrária, vindo-se a se tornar o P.A. Moacir Lucena, com uma área de 549,91 hectares, sendo aproximadamente 19,6 há por família e cerca de 59,07 ha de área coletiva, distante 24km da sede do município. A parte coletiva hoje é usada para a plantação de cajueiros, ocupando um total de 20 ha, onde cada hectare fica sob a responsabilidade de uma família. Quando os cajueiros estão crescidos é plantado o sorgo no sistema de consórcio. No período da colheita o grupo de 20 famílias se destina por um período médio de três dias a retirada dos cajus que serão transformados em poupa ou doce e destinados à comercialização. O lucro auferido é repartido de forma igual para todas as famílias, independente da produção de seu hectare.

Hoje habitam no P.A. Moacir Lucena 20 famílias assentadas e mais 6 agregadas. Das 20 assentadas, 17 participaram do processo de luta, apenas 03 vieram após a desistência das

famílias iniciais. Na opinião de José Holanda, a desistência dessas famílias, que se deu antes do cadastro junto ao INCRA das famílias que seriam beneficiadas com a desapropriação, provavelmente se deveu à falta de compatibilidade das famílias desistentes com o modelo de comunidade que os agricultores junto com o STTR e CPT imaginavam:

> Essas 3 famílias que não suportaram, ou perderam a esperança ou viu que o negocio lá é pra quem era realmente tinha o compromisso, já tinha nesse tempo a discussão de associativismo, como ia ser aquilo ali, criar uma associação, as decisões teriam que ser tomadas coletivamente, aquele processo individual tinha que deixar de existir, em determinados momentos o que ia permanecer seria a decisão coletiva das famílias, por que ali era um grupo né, e eu acho que foi isso que provocou a desistência dessa 3 famílias.

5.1 Participação e Gestação Democrática: o exemplo da associação comunitária e cooperativas

Na maioria das vezes a luta pela terra constitui apenas um primeiro passo de exercício pleno da capacidade postulatória política dos indivíduos. Depois de conseguida a desapropriação da terra é comum que novas iniciativas, antes impensáveis, sejam dadas no sentido de melhoria de vivência dos sujeitos envolvidos. A experiência inicial da ocupação frutífera provoca no imaginário dos envolvidos a possibilidade de, por meio da organização coletiva, chegar a outras conquistas.

No caso do Moacir Lucena um dos primeiros passos foi criar a associação comunitária, uma espécie de órgão político gestor da comunidade onde todos os moradores pudessem participar e decidir o destino comum do assentamento, inaugurando um modelo democrático e horizontal de convivência. O assentado José Holanda fala que além da associação, onde todos os assentados participam, existem sub-grupos temáticos, como o grupo de jovens e o grupo de mulheres:

> Participa, têm os sócios né, existe a questão de gestão né, o grupo de mulheres, o grupo de jovens. (...) O grupo de jovens se reúne né, internamente, o grupo de mulheres também internamente e na assembleia mensal que é na primeira sexta de cada mês né, esses grupos se unem formando um só grupo. Aí vai discutir os problemas reais da comunidade, então não é mais problema de grupo, é problema local, da comunidade me geral, juntos pensar em alternativas para o problema.

O cooperativismo foi outra conquista da comunidade. Apesar da consolidação enquanto agricultores familiares existia um problema a ser solucionado: a dependência dos

atravessadores quando da comercialização da produção. Associar-se a uma cooperativa permitiria aumento do escoamento da produção e do valor agregado, intensificar a horizontalidade da relação de trabalho, a apropriação dos meios de produção e comercialização. Em razão disso hoje os agricultores do P.A Moacir Lucena aderiram a duas cooperativas, conforme lembra José Holanda

> Hoje a gente tem duas cooperativas, uma é a COOAFAP, que é a cooperativa de comercialização familiar, dos produtos(...) e também tem uma parceira que é a COPAPI, que hoje é parceira do movimentos, mais especificamente do grupo que trabalha com o consórcio de algodão agroecológico.

As cooperativas não pertencem ao assentamento, mas à região, sendo responsáveis pela organização da produção de diversas comunidades. A COOPAPI- Cooperativa Potiguar de Apicultura é responsável pelo escoamento do mel e seus derivados, assim como a castanha de caju; e a COOAFAP – Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi, é responsável pela comercialização dos demais produtos da agricultura familiar, como polpas de fruta, caprinos, bovinos, aves e hortaliças. Para José Holanda a adesão ao cooperativismo possibilitou a eliminação da figura do atravessador, facilitando o escoamento da produção

> Eu acho importantíssimo, né, foi uma luta que a gente viu do movimento em si, essas organizações parceiras, que pra libertação da exploração do atravessador seria necessário ter uma cooperativa que agilizasse essa comercialização.

A cooperação agrícola, nas suas mais distintas formas e adotadas nas mais variadas situações figura não apenas como um potencializador da produção, mas atua também no exercício de novos valores na relação de trabalho, antagônicos à degradação do convívio humano no modo de produção capitalista. Desempenha ainda o importante papel de estimular a multifuncionalidade das atividades dos pequenos e médios produtores rurais, integrando as diferentes funções que o meio rural pode desempenhar na sociedade. (VIA CAMPESINA, p. 55).

Uma grande conquista que o sistema cooperativista proporcionou foi a comercialização da produção via PNAE – Plano Nacional de Alimentar Escolar. A Lei nº 11.947, em seu artigo 14, determina que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE, no mínimo

30% devem ser adquiridos diretamente da agricultura familiar, grande parte da produção do assentamento é destinada ao PNAE.

O sistema de cooperativa vai permitir aos agricultores por meio da organização coletiva algo que não conseguiriam de forma individual. Já que a quantidade de produtos a ser destinada ao mercado é maior eles podem vender a um valor mais acessível, além de que podem baratear também qualquer produto necessário a produção, já que comprarão em quantidade elevada. A reprodução da agricultura familiar é conseguida pela dinamização do processo produtivo que o cooperativismo como estratégia permite, possibilitando através do escoamento da produção a fixação do homem a terra, algo que com a comercialização individual seria mais difícil.

5.2 Agricultura familiar como dinâmica de resistência

Aqui não nos ocuparemos em aprofundar o debate acerca da origem e conceituação da agricultura familiar. Apenas lembramos que academicamente duas principais correntes se dividem quanto a origem desse modelo. A primeira considera que a agricultura familiar é uma nova categoria, gerada na dinâmica do capitalismo moderno. Segundo tal posição, "uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa" (ABRAMOVAY, 1992, p. 22-23), sob essa ótica a agricultura familiar não é considerada um desdobramento da vivência camponesa, mas um novo modelo nascido sob a exigência do capitalismo rural.

A outra corrente, a qual nos filiamos, considera a agricultura familiar como um modelo em evolução, heterogêneo e que repousa suas raízes no campesinato tradicional. Caracterizada, outro sim, pela unidade de produção familiar que mantem relações com o mercado externo preservando, todavia, sua autonomia e independência camponesa.

Pois bem, no Brasil a terminologia "agricultura familiar" começou a ser empregada de maneira mais sistemática a partir da década de 90 sob a influência de dois eventos em especial. Primeiro a adoção desse conceito como categoria síntese pelos movimentos sociais do campo, que enxergaram nele a possibilidade de agregar as mais varias categorias, como assentados, arrendatário, meeiros, e criar uma identidade unificada e, portanto, com maior peso político (SCHNEIDER, 2003, p. 99). Por segundo temos a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, nascido a partir da pressão exercida pelos movimentos sindicais do campo com o objetivo de prover crédito para os

pequenos agricultores, considerados como categoria social específica e com necessidade de políticas públicas diferenciadas.

Podemos acrescentar também, já em tempos mais próximos, a promulgação da lei 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que veio conceituar a agricultura familiar e trazer diretrizes para a formulação das políticas públicas para esse modelo, reconhecendo-o em definitivo como uma categoria diferenciada. O modelo agrícola do Assentamento Moacir Lucena repousa dentro desse conceito de agricultura familiar, com todas as suas peculiaridades.

5.2.1 Agroecologia: Harmonizando o conhecimento popular e acadêmico

Devido à baixa pluviosidade na região, o cultivo predominante adotado pela comunidade é o de sequeiro, por meio do consórcio de culturas e práticas agroecológicas. O exercício de atividades agroecológicas no assentamento nasceu de uma maneira inusitada: começou a ser praticado antes mesmo de qualquer trabalho de assistência técnica. Isso deveu-se à grande quantidade de venenos que os agricultores eram obrigados a manipular quando do trabalho na Fazenda Boca da Mata e dos repetidos problemas de saúde causados pelos defensivos, razão pela qual decidiram extirpá-los do seu modo de produção logo quando assentados. José Holanda, indagado sobre o uso de agrotóxicos responde aos risos:

> Ave Maria, jamais! Acho que o sofrimento do passado conscientizou a gente pra não praticar novamente. Não usa nem veneno, nem queimada, nem semente transgênica, semente do governo não tem interesse nenhum de fazer esse cadastro da EMATER pra pegar essas sementes não, a gente têm a nossa própria semente.

O que se iniciou de maneira autônoma ganhou força quando da chegada da assistência técnica oferecida pela COOPERVIDA - Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos do Desenvolvimento Rural, formada por agrônomos, pedagogos e cientistas sociais, que assessoram a comunidade quanto a questões referentes a agroecologia por meio do projeto Dom Helder Câmara.

Segundo Leomar Fernandes Soares, técnico da COOPERVIDA, o trabalho da entidade junto aos agricultores é auxiliá-los no processo de transição agroecológica e convivência com o semi-árido. Conforme seu diagnóstico,

> Eles [assentados do Moacir Lucena] trabalham o modo de produção agroecológico, com a preservação do meio ambiente, sempre manejando o solo adequadamente. Já faz mais de dez anos que eles deixaram a agricultura tradicional.

A busca pela sustentabilidade dos sistemas agroecológicos e por alimentos saudáveis e protegidos de defensivos agrícolas requer a abertura para o reconhecimento e valorização dos conhecimentos das populações tradicionais adquiridos pelo tempo, a agroecologia, como proposta alternativa, abre-se para isso.

> A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. (...) Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2009, pg. 56)

Surgida como resposta à revolução verde, hoje ela tem como principais propagadores os movimentos sociais e ambientalistas. A harmonização de técnicas agrícolas com o respeito ao meio ambiente tem permito a produção de alimentos de boa qualidade, diversificados e livres de venenos danosos à saúde humana. No caso do semi-árido seus métodos possibilitam a produção e sustentabilidade em convivência com a seca.

Antônio Nilton Bezerra Júnior, agente da CPT, lembra do protagonismo do Moacir Lucena quanto a esse modelo diferenciado de relação com a o meio ambiente e da posição da pastoral nesse processo,

> A CPT sempre acreditou que a produção de alimentos é realizada pela Agricultura Familiar Camponesa. Mas sempre percebemos que as condições dada aos agricultores e agricultoras familiares eram mínimas e escassas. Daí sempre achamos como um grande desafio para a Reforma Agrária ser justamente a questão da produção. Com a conquista de Assistência Técnica por parte das famílias assentadas esse desafio foi enfrentado com muita garra por parte das famílias. O PA Moacir Lucena foi e é exemplo desse processo. Foi um dos primeiros assentamentos na região a trabalhar a produção associada com a preservação ambiental. Foi lá que se iniciou um trabalho de manejo sustentável da caatinga que depois se espalhou não só em Apodi mais em todo o Estado. O Assentamento Moacir Lucena tornou-se referência na convivência com o semiárido para toda a região nordeste. E tem demonstrado que é possível melhorar a renda das famílias preservando as matas, os animais silvestres, o solo e a vida das pessoas. Para nós da CPT é bastante gratificante vê que essas experiências de produção agroecológica e de convivência com o semiárido é hoje uma realidade em praticamente todos os assentamentos da região e que esse processo vem garantindo renda e vida digna para os camponeses e camponesas

Vários trabalhos acadêmicos fazem essa ratificação, como por exemplo o de Lira (2010), ao concluir que o tipo de agricultura desenvolvida no assentamento Moacir Lucena, por, por meio do manejo da caatinga, reduz a devastação da vegetação levando ao equilíbrio dos ecossistemas, permitindo, assim, a conservação da qualidade do sono; como também a pesquisa de Dantas et al (2007) afirmando que a organização da comunidade se deve em grande parte a suas práticas agroecológicas; ou ainda o de Sousa et al (2011), mostrando que a prática agroecológica não tem se resumido a produzir alimentos saudáveis, mas também os que são adquiridos pela comunidade são por meio do mercado orgânico.

5.2.2 Pluriatividade: sobrevivendo no semi-árido

José Holanda descreve a dinâmica de produção do Assentamento Moacir Lucena

> Hoje, de tudo. De "sequilho" a gente produz: o milho, feijão, algodão, gergelim o sorgo, o jerimum, a melancia, o melão, tem o pepino pra consumo mesmo em casa, tem as outras cadeias né, que foi adquirido o conhecimento através do acompanhamento técnico, a gente uniu teoria com prática, a apicultura, a caprino-ovinocultura melhorada tanto pra corte quanto pra leite, a ovinocultura, o bovino, assim, ou é mais o boi de serviço ou a vaca de leite que a gente cria, aí tem a galinha caipira, a questão das hortas orgânicas, têm os próprios quintais produtivos de quem não faz parte daquele que trabalha no grupo das hortas mas trabalha no seu quintal.

Essa é outra característica do P.A Moacir Lucena: a pluriatividade. A expansão de unidades familiares pluriativas tem passado a ser um fenômeno comum dentro da dinâmica da agricultura familiar, podendo ser entendida como uma estratégia de sustentabilidade rural e permanência do homem no campo através da combinação de múltiplas funções produtivas.

> Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra. (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101).

Devido às várias dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, sejam climáticas, como secas recorrentes; de mercado, como a concorrência desleal do agronegócio; ou políticas, como o pouco investimento estatal, a sobrevivência e reestruturação da agricultura campesina vem se dando por meio de trabalhos acessórios. É o que afirma José Holanda

> O que consegue hoje, eu digo, manter a gente na terra foram as descobertas das cadeias produtivas, se a gente vivia naquela terra plantando de meeiro, mas a gente só tinha três fontes de renda: era milho, feijão e algodão e em período de chuva, terminou o período de chuva, a gente tinha que sobreviver com aquilo que você guardou por aquele tempo e hoje não, hoje a gente tem várias cadeias, tem a cadeia da cajucultura que é a cadeia que agrega valor a esse caju, tem a cadeia do sequeiro que não é mais formada por milho, feijão e algodão, mas sim, por um grupo de consórcio de associados né, que é milho, feijão, algodão, o gergelim, o sorgo né, aí você enriquece com abóbora, com melancia, melancia nossa da terra, aí vem a questão da caprino-ovinocultura que é bom pra corte.

Nesse sentido, percebe-se a existência de determinadas formas sociais que estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que assumam, necessariamente, um caráter capitalista, como é o caso da agricultura familiar. (SCHNEIDER, 2003, p. 114). “Há, portanto, a considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais sem perder a característica camponesa” (WANDERLEI, 2009, p. 189). No Moacir Lucena ao lado da atividade principal que é a agricultura é desenvolvida uma série de atividades que ao contrário de afastar a sua identidade camponesa a reforça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições do modelo agrícola brasileiro tem refletido de maneira impactante no em seu cenário sócio-ambiental. O perfil do agronegócio como concentrador de terras, de benesses e de lucros subordina o campo à produção de commodities, afastando a sua função social, ambiental e de conservação de culturas. Mantém, outrossim, a dependência econômica ao mercado internacional e suas variações, conservando a política de subserviência neocolonial. Mesmo tendo passado por um significativo processo de modernização, teve como escopo otimizar a dinâmica de acumulação de capital, o que levou ao desinteresse em tocar nas profundas assimetrias sociais. Ou seja, permanece enquanto sistema excludente.

O meio ambiente é talvez a parte mais fragilizada dessa realidade já que encarado como coisa – não que o ser humano por diversas vezes também não o seja -, o avanço da pecuária e monocultura sobre as florestas, a dependência química do agronegócio, a redução da biodiversidade, a privatização dos recursos naturais, tudo inserido na dinâmica de reprodução do capital no meio rural.

Diante da complacência estatal, por meio de um processo dialético, os movimentos sociais tem desempenhado a sua função de resistência, convergindo, em sua maioria, em torno

das ideias trazidas pela Via Campesina e seus principais protagonistas como a Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Atingidos por Barragens e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

A experiência do assentamento Moacir Lucena é marcante, porém não isolada. Ela expõe a existência de dois modelos agrários, o do agronegócio, hegemônico enquanto política estatal e que tem como foco a geração de dividendos em detrimento da preservação do meio ambiente e das populações campesinas, e o da agricultura familiar, descentralizador e que procura na sua dinâmica a harmonização do cultivo à terra com o seu cuidado.

Os antigos trabalhadores do latifúndio, agora assentados, passaram de uma realidade onde eram proibidos de realizarem a mínima plantação de subsistência para uma dinâmica pluriatívica e sustentável. A agricultura familiar tem permitido não apenas a fixação do homem no campo evitando-se o êxodo rural e todas as suas consequências, mas também reinaugurar novas relações societárias baseadas em valores externos ao capital como solidariedade, cooperação, preservação ambiental e equidade. Possibilita, outrossim, contrariar e denunciar o modelo agrário hegemônico, provocando uma cadeia de tensão que pode em tempos futuros com a continuação das lutas emancipatórias por meio dos movimentos sociais ser rompida em favor dos camponeses.

O questionamento da ideia conservadora de rural – latifúndio, monocultura, exploração da mão de obra e do meio ambiente – pelos antigos trabalhadores da Fazenda Boca da Mata assenta mais uma pedra de um processo contínuo e diferenciado de vivência, esclarecendo também que a realidade de emancipação não é fruto do acaso, mas da possibilidade histórica dos sujeitos se libertarem. A experiência do Moacir Lucena é paradigmática, sobretudo por nos levar a acreditar que outra realidade é possível, ou melhor, necessária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALIER, J. M. **Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BOFF, Leonanrdo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Igreja**: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e Dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 31, nov. 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm >. Acesso em: 08 de janeiro de 2013.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. **Dossiê ABRASCO** –Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 1ª Parte. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 98 p.

CARTER, Miguel. Desafiando a desigualdade: Contestação, contexto e consequências. In: CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a desigualdade social:** O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DANTAS, B. L. et al. **A agroecologia nos assentamentos de: Moacir Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi.** 2007. Disponível eim: < http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/viewArticle/434> Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4ª edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Vozes, 2009.

LEPRI, Monica Cavalcanti. **Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados:** a Reforma Agrária Eco-Socialista do Séc. XXI? In: II Conferência do Desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.

LIRA, R. B. **Qualidade do solo e avaliação econômica do manejo sustentável da caatinga no projeto de assentamento Moacir Lucena, Apodi, RN**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Mossoró, 2010.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo.** Cortez: São Paulo, 2005.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Debates sobre Políticas Fundiárias e Usos da Terra No Brasil.** 2012. Disponível em: < http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/QUESTAO %20 AGRARIA/FERNANDES%20ET%20AL%20Politica%20fund_uso%20da%20terra%202012 .pdf > Acesso em: 07 de janeiro de 2013.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função Social da Terra.** Rio de Janeiro: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social:** O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MENEZES NETO, Antonio Julio de. **A ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

O'CONNOR, James. **Natural Causes**: Essays in Ecological Marxism, New York: The Guilford Press, 1998.

POLETTO, Ivo. A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011.** Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. Tradução: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD. Nova Iorque: IPAD, 2011.

SOUSA, G. M. R. et al. Práticas Agrícolas Sustentáveis no Assentamento de Reforma Agrária Moacir Lucena em Apodi (RN). 2011. Disponível eim: < http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/12477> Acesso em 07 de janeiro de 2013.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Direito como liberdade**: O direito achado na rua. Experiências populares emancipatórias de criação de direito. 2008. Tese de doutorado em direito apresentada à Universidade de Brasília.

STEDILE, João Pedro; MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

VIA CAMPESINA: histórico, natureza; linhas políticas internacionais, projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: MST, Jun. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e Continuidades.** 2004. Disponível em <http://r1.ufrrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf> Acesso em 07 de janeiro de 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. São Paulo: Alfa Ômega, 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de ser qualquer brado sensacionalista a crise ecológica reveste de uma verdade preocupante. Aquecimento global, desaparecimento de espécies, perda dos ecossistemas denunciam o estado de alerta global causado pela incompatibilidade do modelo econômico atual com a gestão dos recursos naturais. Longe de ser simplista, mas direto, a lógica não tem arrodeios: não há como harmonizar uma natureza finita com um modelo que prega o lucro e a produção infinita.

Os *commodities,* palavra que importamos juntamente com um modelo agrícola inservível para nosso ecossistema e nossas populações - vide a expulsão de ribeirinhos, camponeses, povos indígenas e quilombolas – subordinou a terra à *res,* coisa, e como tal foi posta no mercado. Como esses povos que agora nos referimos não encaram a terra como *res,* nem tampouco tem acesso ao mercado, foram alijados do que pra eles era a vida – seu território. Mas não é só os venenos agrícolas antes utilizados em manobras bélicas que tem regado o chão do país, o sangue de muitos tem se misturado com a terra como que um sinal de resistência e pertença. Chicos, Dorothys, e tantos outros severinos, iguais em tudo na vida, principalmente em seu anonimato.

A Crítica marxista é, pois, indispensável: uni-vos. Sobretudo em torno da construção de um novo paradigma, socialmente justo e ambientalmente sustentável. O ecossocialismo vem nos trazer algumas pistas, entre elas talvez a mais importante: é possível e necessário o entrelaçamento do verde com o vermelho; a concepção de justiça social trazida por Karl Marx e demais propositores ao contrário de ser incompatível com as questões ambientais é com elas harmônica. Uma sociedade apenas será ambientalmente sustentável sendo socialmente justa.

Brá!! Ouve-se o barulho do mourão, logo acompanhado do tilintar das panelas. “Malditas sejam todas as cercas que nos impedem de viver e amar”. A expansão da miséria no campo é ameaçada pelos movimentos sociais e sua luta por reforma agrária que cometem o pecado capital – ou seria contra o capital? – de sonhar.

“É outra visão, aquela terra hoje a gente dizia que é Terra Mãe, e dizia mas como você é ruim pra sua mãe viu? Que você mete fogo na sua mãe, mete veneno, hoje a gente diz que a terra é mãe por que tem esse elo, de maneira respeitosa, a gente não queima, não bota veneno, a gente lida de maneira respeitosa, a gente tira dela, mas devolve o que tirou”, José Holanda, que na sabedoria improvável de ser adquirida através das letras frias de um artigo ou atestada pelo lattes denuncia: o povo é sujeito de sua história.

É no assentamento Moacir Lucena, entre seus vinte alpendres e quintais produtivos que se semeia a agroecologia com sementes caboclas, adubos orgânicos e uma considerável quantidade de esperança. Esperança como a que regou as trinta noites consecutivas com todos os agricultores reunidos, a velar um rádio de pilha, único meio de comunicação, na espera da "Voz do Brasil" anunciar a libertação, quer dizer, desapropriação. Depois do anúncio as lágrimas, repetidas amiúde mesmo após quinze anos, incontidas, mas também sem desejo de contê-las, agora não apenas por José de Holanda, mas por qualquer um que estivesse por perto. Porém, como ele mesmo afirma, em uma mistura de choro e sorrisos: "mas é um choro que não é mais de sofrimento né, a gente chorou muito naquele tempo por sofrimento mas esse choro é de alegria, libertação, é de conquista!"

REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines

Estrutura e formatação

A revista *Desenvolvimento e Meio Ambiente* publica trabalhos em português, espanhol, inglês e francês. Os artigos devem ser enviados em sua língua original, **sendo obrigatório título, resumo e palavras-chave na língua original, em português e inglês**. Devem ser digitados em *Word for Windows* (salvos na extensão .doc), utilizando fonte *Times New Roman* tamanho 12 e espaço entre linhas de 1,5.

A estrutura do artigo deve ser a seguinte:

a) título na língua original, português e inglês;

b) resumo (em torno de 250 palavras) na língua original, português e inglês, acompanhados de três palavras-chaves em cada um dos idiomas;

c) escopo do artigo, com os itens julgados pertinentes pelos autores;

d) referências bibliográficas.

Notas de rodapé devem estar numeradas em algarismos arábicos, fonte *Times New Roman* tamanho 9.

Os dados do(s) autor(es) devem ser **obrigatoriamente** preenchidos na seção de metadados do sistema, incluindo nome e sobrenome completos, instituições de origem e endereços (incluindo endereço eletrônico). **Os nomes do(s) autor(es) e suas respectivas instituições não deverão constar no artigo submetido**.

As figuras e tabelas com suas respectivas legendas devem estar inseridas no próprio texto quando enviado para avaliação e numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, na ordem em que foram incluídas no texto. **São aceitas apenas figuras em preto e branco**. Se aprovado, o artigo final deve ser reenviado sem as figuras que deverão estar, cada uma, em arquivo a parte na extensão bmp, tiff ou jpg, respeitando o tamanho máximo de 21 x 27,5 cm.

As referências devem seguir a seguinte recomendação: citações ao longo do texto – Ex. Segundo Deléage (2007); (DELÉAGE, 2007); (BITTENCOURT e SORIANO-SIERRA, 2007); (PAVESI *et al*., 2007); caso haja uma citação direta de um autor, deve ser incluído o número da página (MORAN, 1994, p.17). Caso o autor citado tenha mais de uma publicação no mesmo ano, cada uma deve ser identificada por letras (DELÉAGE, 2007a; 2007b).

As bibliografias citadas no texto que devem constar no item final "Referências" devem estar de acordo com os exemplos abaixo. Quando repetir o nome de um autor já citado, a referência seguinte deve substituir o nome por cinco traços subscritos (p.ex. _____. Título...).

Livro

VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ALMEIDA, J. R. de; BASTOS, A. C. S.; MALHEIROS, T. M.; MARCONDES DA SILVA, D. *Política e planejamento ambiental*. 3. ed. Rio de Janeiro: THEX Editora, 2004

Capítulo de livro

CÂNEPA, E. M. Economia da poluição. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.). *Economia do meio ambiente*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Artigos de periódico

MARTIN, B. Strategies for dissenting scientists. *Journal of Scientific Exploration*, v. 12, n. 4, p. 605-615, 1998.

Teses e Dissertações

BITENCOURT, N. de L. da R. *A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha*: o caso da Orla do Canal da Barra da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis, Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, 2005.

Documentos em formato eletrônico

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo*. 2007. Disponível em: <www.mct.gov.br/upd_blob/7844.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

Artigo em Jornal

MIGUEL, S. Um revés nos biocombustíveis. *Jornal da USP*, jan.-fev. 2008, p. 5.

Constituição, Leis, Decretos e Resoluções

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. *Lei n.° 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília: DOU de 11/1/2002.

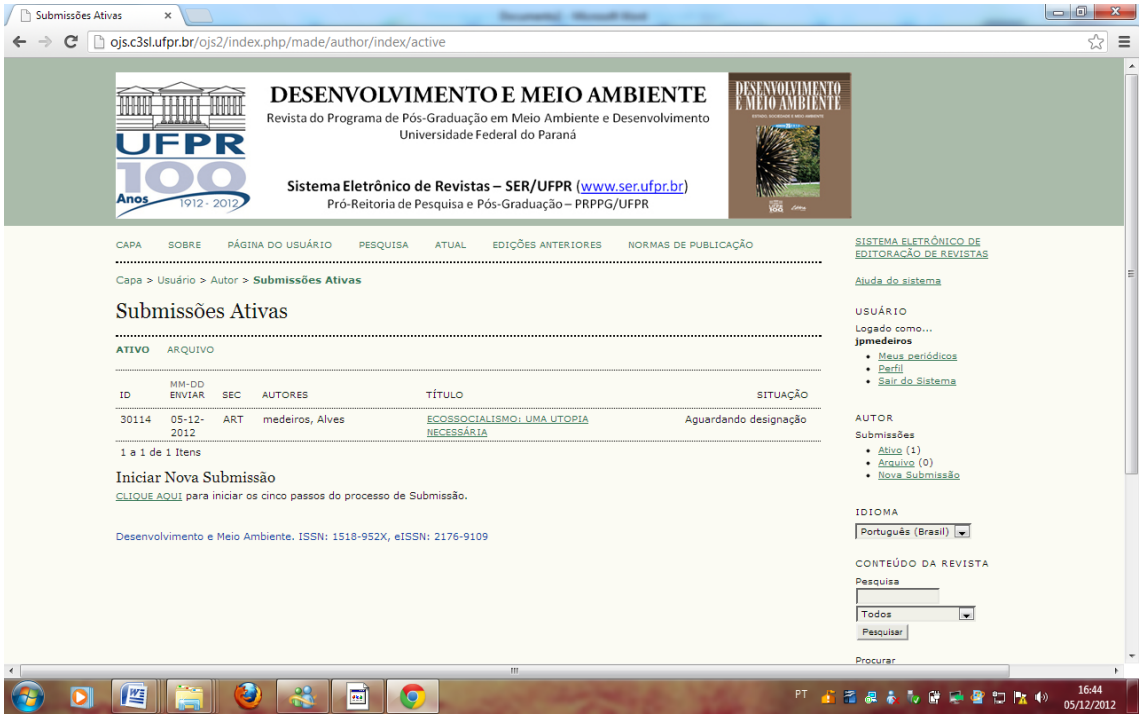
BRASIL. *Decreto n.° 5.300, de 7 de dezembro de 2004*. regulamenta a Lei n.° 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília: DOU de 8/12/2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA. *Resolução n.° 004, de 18 de setembro de 1985*. Brasília: DOU de 20/1/1986.

Trabalhos em anais de congresso

MOURA, R.; KLEINKE, M. de L. U. Espacialidades e institucionalidades: uma leitura do arranjo sócio-espacial e do modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., out. 2000. Petrópolis. *Anais*.

Entrevistas

CRUZ, J. A Estratégia para Vencer. Pisa: Veja, São Paulo, v. 20, n. 37, p. 5-8, 14 set. 1988. Entrevista concedida a J.A. Dias Lopes.

ANEXO 1 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO PRIMEIRO ARTIGO À REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE